



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Violência Contra a Mulher Negra:
Efeitos Sobre Suas Relações Socioeconômicas e Afetivas**

Carmelita da Cunha Alfaia

Belém - PA
2019

Carmelita da Cunha Alfaia

**Violência Contra a Mulher Negra:
Efeitos Sobre Suas Relações Socioeconômicas e Afetivas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientadora: Profa. Andréa Bittencourt Pires Chaves, *Dra.*

Orientador: Prof. Marcelo Quintino Galvão- Baptista, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Silvia Canaan Moraes de Oliveira, *Dra.*

Belém - PA
2019

**Violência Contra a Mulher Negra:
Efeitos Sobre Suas Relações Socioeconômicas e Afetivas**

CARMELITA DA CUNHA ALFAIA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal do Pará.

Belém, de de 2019.

Profa. Silvia dos Santos Almeida, *Dra.*
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca examinadora:

Profa. *Dra.* Andréa Bittencourt Pires Chaves
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Prof. *Dr.* Marcelo Quintino Galvão-Baptista
Universidade Federal do Pará
Orientador

Profa. *Dra.* Silvia Canaan Moraes de Oliveira
Universidade Federal do Pará
Coorientadora

Profa. *Msc.* Adrilayne dos Reis Araújo
Universidade Federal do Pará
Avaliadora Interna

Profa. *Dra.* Telma Amaral Gonçalves
Universidade Federal do Pará
Avaliadora Externa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA**

A385v Alfaia, Carmelita da Cunha, 1983-
Violência contra a mulher negra : efeitos sobre suas
relações socioeconômicas e afetivas / Carmelita da Cunha
Alfaia. — 2019.

Orientadora: Andréa Bittencourt Pires Chaves
Orientador: Marcelo Quintino Galvão-Baptista
Coorientadora: Sílvia Canaan Moraes de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Segurança Pública, Belém, 2019.

1. Violência contra as mulheres. 2. Mulheres – Condições
sociais. 3. Negras – Condições sociais . 4. Segurança pública. I.
Título.

CDD 23. ed. – 362.83

Elaborado por Layane Rayssa Gaia Gomes – CRB-2/1564

Aos meus amados filhos, gêmeos, João e José.

Agradecimentos

A Deus, primeiramente, por me oferecer sabedoria e resiliência.

Aos meus pais, Josefina da Cunha Alfaia e Paulo Roberto Figueiredo Alfaia, pelo incentivo, amor e apoio incondicional.

Às minhas tias Nazaré Cunha, Ana Senna e Raimunda Cunha, pelo suporte técnico que me deram, quando eu muito precisei, e à minha avó Carmelita Figueiredo Alfaia, por tudo, absolutamente, tudo!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Quintino Galvão Baptista, pela paciência, tempo dedicado, conhecimento transmitido e pela grandiosa humildade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves, pelo incentivo e gentileza que lhe é peculiar.

À minha Coorientadora, Profa. Dra. Silvia Canaan Moraes de Oliveira, por ser sempre solícita e transmitir além do conhecimento, a calma que eu precisei para escrever.

À Profa. Adrilayne dos Reis Araújo, pelo apoio no que respeita aos procedimentos estatísticos.

Ao GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida De Moraes, do qual faço parte e me deu suporte acadêmico e emocional para que eu continuasse a jornada.

Às mulheres que aceitaram participar na pesquisa, sem as quais não seria possível realizar este trabalho, por compartilharem suas histórias e pela perspectiva de que, com isso, a realidade similar de outras mulheres poderá ser mudada.

Aos programas PPGSA e PPGSS respectivamente, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-graduação em Serviço Social, por me acolherem tão bem nas vezes em que os frequentei como aluna especial ou como aluna ouvinte em suas disciplinas

e eventos diversos (seminários, congressos, minicursos, palestras, rodas de conversa workshops). Meus agradecimentos em especial ao Prof. Dr. Rodrigo Peixoto (PPGSA), Prof. Dr. Reinaldo Pontes (PPGSS) e Profa. Dra. Verônica Couto (PPGSS).

A todos (as) os professores e professoras, coordenador, e equipe técnica do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, pelos ensinamentos, dedicação e gentileza de sempre.

À Universidade Federal do Pará, por me proporcionar excelentes educadores, eventos engrandecedores para a minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

A todas as mulheres negras, que enfrentam batalhas diárias visíveis e invisíveis, com a garra de um leão e a sagacidade que lhes é peculiar, agradeço e dedico este trabalho. A vocês, todo respeito e luta!

Por fim, mas, jamais, menos importante, agradeço e dedico este trabalho e os futuros: meus filhos gêmeos João e José, por entenderem minhas ausências, me incentivarem a ir além do que eu achava que poderia e me ensinarem tanto, todos os dias, a ser uma pessoa melhor. Amo vocês, pra sempre!

ALFAIA, Carmelita da Cunha. Violência contra a mulher negra: efeitos sobre suas relações socioeconômicas e afetivas. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2019.

RESUMO: A violência contra a mulher é tida como um dos maiores males mundiais do século XXI, um fenômeno que atinge as mulheres, em geral, e de forma mais incidente, no Brasil, as mulheres negras, gerando consequências em suas relações na esfera social e afetiva. Na literatura brasileira, a referência à mulher alvo de violência tem considerado a condição de gênero, em omissão à dimensão raça/etnia, entre outras, gerando, assim, invisibilidade à mulher negra. Esta pesquisa discutiu a importância de haver mais trabalhos abordando a condição racial/étnica da mulher negra, alvo de violência, e suas implicações para a Segurança Pública, o que implicou a realização de um estudo em que se fez uma revisão sistemática da literatura, no período de 2003 a 2017, nos Periódicos CAPES. Os resultados indicaram um alto percentual das publicações nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, comparativamente às publicações nas regiões Norte e Nordeste, onde, entretanto, há registro de maior quantidade de casos de violência contra mulheres pretas e pardas. Também, os resultados indicaram a utilização comum da expressão “violência de gênero” em identificação às violências contra mulheres negras. Mais pesquisas são necessárias para darem visibilidade a essas mulheres e fomentarem políticas públicas de enfrentamento da violência de que são alvo. Também, a pesquisa buscou analisar, num outro estudo, como a violência contra a mulher negra, em Belém/PA, influencia suas relações socioeconômicas e afetivas. Para isso, foram entrevistadas, como participantes, 12 mulheres autodeclaradas negras. A violência moral e a psicológica se apresentaram como as mais incidentes, relativamente à violência física, patrimonial e social. Ainda, verificou-se que as relações socioeconômicas e afetivas das participantes foram afetadas pela violência tendo como marca o racismo, comprometendo a frequência de ambientes sociais desejados e o consumo de bens e serviços. Os resultados sinalizaram indícios de dependência afetiva nas participantes. Aponta-se a relevância do papel do Estado em disponibilizar medidas efetivas, em Segurança Pública, para reversão e prevenção dos efeitos da violência encontrados na pesquisa.

Palavras-chave: Gênero, Racismo, Segurança Pública.

ABSTRACT

ALFAIA, Carmelita da Cunha. Violence against black women: effects on their socioeconomic and affective relations. Dissertation (Post-Graduation Program in Public Security), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2019.

Violence against women is considered as one of the greatest world evils of the 21st century, a phenomenon that affects women in general and, more generally, black women in Brazil, generating consequences in their relationships in the social and affective sphere. In the Brazilian literature, the reference to the female target of violence has considered the condition of gender, in omission to the race / ethnicity dimension, among others, thus generating invisibility to the black woman. This study discussed the importance of having more work addressing the racial / ethnic condition of the black woman, target of violence, and its implications for Public Security, which implied the accomplishment of a study in which a systematic review of the literature in the period from 2003 to 2017, in the CAPES Newspapers. The results indicated a high percentage of publications in the South, Southeast and Central West regions, compared to publications in the North and Northeast regions, where, however, there is a higher number of cases of violence against black and brown women. Also, the results indicated the common use of the term "gender violence" in identifying violence against black women. More research is needed to make these women visible and to promote public policies to address the violence they face. Also, the research sought to analyze, in another study, how violence against black women in Belém / PA influences their socioeconomic and affective relations. For this, 12 black self-declared women were interviewed as participants. Moral and psychological violence presented themselves as the most incidental, regarding physical, patrimonial and social violence. Also, it was verified that the socioeconomic and affective relations of the participants were affected by the violence marked by racism, compromising the frequency of desired social environments and the consumption of goods and services. The results showed signs of affective dependence in the participants. It is pointed out the relevance of the role of the State in providing effective measures, in Public Security, for reversion and prevention of the effects of violence found in the research.

Key-Words: Gender, Racism, Public Security.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

CAPÍTULO 2

ARTIGO CIENTÍFICO 1

Tabela 01- Quantidade de artigos localizados, selecionados, excluídos e utilizados com base no descritor de busca “violência contra a mulher negra” e nos métodos integral e Google acadêmico	32
Quadro 01- Artigos excluídos por não atenderem ao critério do estudo, com a especificação do título e ano de publicação	34
Quadro 02- Artigos utilizados, com a indicação do título, autor/es e ano de publicação	35
Quadro 03- Artigos utilizados do estudo, com a identificação da região e dos periódicos em que foram publicados	36

ARTIGO CIENTÍFICO 2

Tabela 1- Dados sociodemográficos das participantes da pesquisa	51
Quadro 01- Histórico e tipos de violência de que as participantes foram alvo	53

APÊNDICE

Apêndice 1- Termo de Consentimento Livre Esclarecido	71
Apêndice 2- Roteiro de Entrevistas	73

ANEXOS

Anexo 1- Carta de Aceite referente ao Artigo científico 1, Capítulo 2	76
Anexo 2- Normas da Revista Dilemas	77
Anexo 3- Folha de Rosto da Plataforma Brasil	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art- Artigo

CF- Constituição Federal

CP- Código Penal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

PA- Pará

PPGSP- Programa de Pós Graduação em Segurança Pública

TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFPA- Universidade Federal do Pará

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ONU- Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	13
1.1 INTRODUÇÃO	13
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 PROBLEMA	19
1.4 OBJETIVOS	20
1.4.1 Objetivo Geral	20
1.4.2 Objetivos Específicos	20
1.5 HIPÓTESE	20
1.6 REVISÃO DA LITERATURA	21
1.7 METODOLOGIA	24
1.7.1- Natureza da Pesquisa	24
1.7.2- Lócus da Pesquisa	25
1.7.3- Participantes e Critérios de Inclusão	25
1.7.4- Materiais e Instrumentos de Coleta de Dados	26
1.7.5- Fontes de Dados, População e Amostra	26
1.7.6- Procedimento de Coleta e de Análise de Dados	26
CAPÍTULO 2 - ARTIGO CIENTÍFICO 1	29
ARTIGO CIENTÍFICO 2	43
CAPÍTULO 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	66
3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
3.1.1 Estratégias de Intervenção Pública	67
3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	68

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

Foi propósito geral desta pesquisa analisar como a violência contra a mulher negra, em Belém/PA, influencia as suas relações socioeconômicas e afetivas. E foram estabelecidos, a partir do objetivo geral e objetivos específicos, envolvendo: uma revisão sistemática da literatura sobre a violência contra a mulher negra, no Brasil; caracterização das relações socioeconômicas e afetivas das mulheres participantes do estudo; explicitação de qual ou quais eram os tipos de violência com maior incidência sobre essas relações; e verificação de como essas relações eram afetadas pelos tipos de violência mais frequentes que fossem constatados na pesquisa.

Conforme programado para esta pesquisa, fez-se inicialmente o contato prévio com mulheres autodeclaradas negras de duas instituições, em Belém, informando-as sobre a pesquisa e obtendo delas autorização para a sua participação. Os dados pessoais das participantes foram coletados em entrevistas realizadas com elas, bem como os dados relacionados com os objetivos da pesquisa, foram coletados por meio de sessões de entrevista semiestruturada individual com gravação em áudio.

Os passos seguintes diziam respeito à organização e apresentação dos dados sob a forma de tabelas, quadros e a transcrição das verbalizações das respostas das participantes para que gerassem resultados que permitissem sua descrição, análise e discussão em conformidade com as explicações teóricas baseadas em autores consultados sobre a temática e de acordo com os objetivos do trabalho, considerando os achados da revisão sistemática de literatura, que se mostrou pertinente realizar, e com os tipos de violência encontrados envolvendo as participantes, além dos efeitos desse fenômeno sobre relações dessas participantes na esfera econômico-social e na esfera afetiva.

A dissertação divide-se em três capítulos. À exceção do primeiro e do último capítulo, os demais abarcam os objetivos da pesquisa. O Capítulo 1 compreende as considerações gerais, contendo a introdução, justificativa e importância da pesquisa, o problema, os objetivos, a hipótese, a revisão de literatura e a metodologia empregada. O Capítulo 2 é constituído por dois artigos científicos; o primeiro, sob o título “Violência contra a mulher negra: uma revisão sistemática da literatura”, originou-se pela constatação feita, durante os estudos desenvolvidos,

na temática desta dissertação, da relevância de um recorte étnico-racial que desse visibilidade a essa condição da mulher negra, em virtude do fato de que essa visibilidade é desconsiderada em estudos sobre a violência contra a mulher, no Brasil. Esse artigo atende ao primeiro objetivo específico da pesquisa. O segundo artigo, intitulado “Efeitos da violência contra a mulher negra sobre suas relações socioeconômicas e afetivas”,¹ atende aos outros objetivos específicos, incidindo nas consequências da violência contra a mulher negra em suas relações no campo social, econômico e na esfera afetiva. O Capítulo 3 expõe as considerações finais do trabalho como um todo, com base nos resultados fundamentados teórica e metodologicamente, com recomendações para pesquisas futuras na área, na perspectiva de ampliação da investigação relativa à temática, em virtude de sua escassez e importância. Também, com propostas de algumas recomendações ao Poder Público no sentido do desenho de políticas com estratégias viáveis de intervenção como soluções para as questões apontadas na dissertação. Finalmente, este capítulo apresenta as referências bibliográficas da pesquisa.

A pesquisa partiu da hipótese de que a violência contra a mulher negra, afeta as suas relações socioeconômicas e afetivas, como efeitos dela decorrentes.

1.2 JUSTIFICATIVA

Conforme discutem Gomes et. al. (2018), a literatura brasileira, na área de segurança pública, apresenta o termo “violência contra a mulher” associado a termos similares, entre os quais, “violência de gênero”, sugerindo se referirem a um mesmo fenômeno, o que é passível de gerar confusão terminológica, além de outros problemas para a pesquisa na área.

A análise prévia de literatura sobre o tema indicou que estudos sobre a violência envolvendo mulheres negras são escassos, além de desconsiderarem a dimensão etnia/raça da mulher negra, em virtude de que a categoria gênero é a que sobressai. Assim, a dimensão étnico-racial desaparece nesses estudos, o que apontou, na presente pesquisa, a necessidade de se fazer uma abordagem que contemple essa dimensão.

A literatura em pesquisa social contemporânea sobre a violência contra a mulher negra tem abordado este tema na perspectiva da aceitação da mulher enquanto negra (construção social) e da negação dessa condição por parte dos seus parceiros ou parceiras, gerando, por conseguinte, um dos episódios de violência intrafamiliar que é a violência psicológica. Almeida

¹ O referido artigo será submetido à avaliação para publicação na revista científica DILEMAS, cujas normas seguem no “Anexo 1”.

e Pereira (2012) afirmam que o cruzamento de gênero e raça nas relações sociais no Brasil, como objeto de estudo e de políticas públicas, tem sido invisível na longa tradição cultural brasileira, contrastando fortemente com o atual perfil sociodemográfico, socioeconômico e populacional, e com a conhecida desigualdade racial no país.

Chaui (1982) e Aparecida (2014) definem a violência, respectivamente, como sendo uma convenção de diferença e assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, e também como uma forte relação de controle de um agente sobre outro, o que gera incômodo e frustração no ser dominado.

Porto e Luz (2004) tratam a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos, sendo uma das mais praticadas e menos conhecidas, afetando a integridade física e o estado psíquico e emocional da vítima, assim como seu senso de segurança, caracterizando o problema como também de Segurança Pública. Castro (2010) associa os episódios de violência simbólica, que é um dos tipos de violência contra mulher, com a falta de compreensão da branquitude enquanto valor estético privilegiado e hegemônico do ponto de vista de pessoas brancas, o que poderia galgar outros parâmetros de representação para as mulheres, em especial as negras, representando a diversidade e alterando os fatores sociais, econômicos e afetivos nas relações dessas mulheres.

No projeto de pesquisa da dissertação, propôs-se abordar os efeitos da violência contra a mulher negra em Belém sobre suas relações socioeconômicas e afetivas.

O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, do país e do mundo. É um fenômeno antigo, silenciado ao longo da história, tratado como natural, inerente à condição humana, que tem sido banalizado e considerado algo menor ou sem importância. A violência contra a mulher, também conhecida como violência de gênero, é o primeiro tipo de violência com o qual o ser humano entra em contato desde o início de sua infância. É uma questão social e que impõe a participação de todos para a sua prevenção e combate.

Além do exposto, a pesquisa sobre a violência contra a mulher impõe a necessidade de esclarecimento dos sentidos de uso de expressões similares, na literatura em Segurança Pública, como “violência de gênero”, “violência familiar”, “violência intrafamiliar” e outros, supostamente como se referindo a um mesmo fenômeno. O esclarecimento é necessário para se evitar confusão terminológica que, por sua vez, gera implicações teóricas, metodológicas e práticas para a pesquisa nessa área (CANAAN, 2017).

Ainda que a violência contra a mulher seja uma questão transnacional e multifacetada, conta-se com possibilidades reduzidas de análise deste fenômeno. Isto também se deve às dificuldades de se encontrar fontes de informações sistematizadas e nacionais sobre as

ocorrências, sobretudo que sejam passíveis de desagregação por sexo e etnia, e que informem os seguintes grupos: tipos de violência, tipos de agressor, local e causas, dentre as quais aquelas geradoras das consequências socioeconômicas e afetivas.

Segundo White (2002), entre as várias representações sociais acerca das mulheres negras, aquelas que as enquadram como vítimas sofredoras servem para mantê-las passivas e confusas em relação à violência. Este estereótipo não influencia apenas as relações íntimas, mas também o dia a dia dessas mulheres. Ainda, segundo o mesmo autor, as mulheres alvo de violência tendem a colocar as suas necessidades em segundo plano, e esta é uma das características fortes e presentes nas mulheres negras, em virtude de sua condição histórica, considerando o longo processo de escravagismo no Brasil, com suas diversas consequências nos afrodescendentes.

As desigualdades raciais, resultantes dos efeitos da exclusão social e do racismo, são manifestadas por meio da prática do preconceito e da discriminação. Para Hooks (2017), os problemas que afetam a afetividade das mulheres negras são decorrentes da violação de seus direitos, o que dificulta sua mobilidade social e acesso, em condições dignas, aos serviços sociais, como, por exemplo, os serviços de saúde. Pode-se entender a “discriminação” como quebra do princípio da igualdade, evidente sob a forma de distinção, exclusão, restrição ou preferência, sendo motivada por raça, cor, sexo, idade, trabalho, credo religioso ou convicções políticas (Geledes, 2016). O “preconceito” manifesta-se em opinião ou sentimento, favorável ou desfavorável, concebido sem exame crítico, ou ainda atitude, sentimento ou parecer insensato, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio, conduzindo geralmente à intolerância (GELEDES, 2016).

A abordagem racial na discussão a respeito das desigualdades que atingem a mulher no Brasil comumente aponta para a presença de uma tríplice discriminação: o fato de ser mulher, o fato de ser negra e a questão social envolvida (de classe social inferior) no que se refere à visão que as sociedades estratificadas têm sobre a mulher em geral, e sobre a mulher negra, em particular. Esta abordagem aponta, ainda, que a mulher negra, como ser indivisível, vivencia, simultaneamente, graus extremos de violência e de preconceito de classe social, afetando o pilar socioeconômico.

Para Vasconcelos e Oliveira (2016), a incorporação da questão das desigualdades de gênero no seio social e governamental iniciou a partir do protagonismo dos movimentos de mulheres e feministas. Todavia, mesmo com essas transformações nas condições de vida e no papel feminino em todo o mundo, faz-se necessário ter atenção especial à questão da mulher

negra, por vivenciar uma situação marcada por dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade veladamente machista e misógina, além de ser negra em uma sociedade racista.

Aliado ao exposto, os fatores socioeconômicos e afetivos se sobressaem aos demais, devido à dependência ou não da mulher negra em relação ao parceiro (a), tanto em termos financeiros e das relações sociais implicadas, como também em termos afetivos (ou emocionais).

A dependência emocional é descrita por Canaan (2014), como importante para se compreender a relação homem-mulher no contexto de violência. A dependência da mulher negra é fruto de uma relação conflituosa, com perdas geralmente para ela, refletidas no fato de não conseguir sua mobilidade social via inserção no mercado de trabalho formal, restando-lhe a busca de trabalho informal e/ou o exercício de profissões socialmente menos prestigiadas.

Para Mendes (2017), é forte, ainda, a visão de que o atrelamento doméstico é o único fator da violência contra a mulher. A violência doméstica ainda faz parte da realidade de muitas mulheres brasileiras e, devido à sua gravidade, a temática tornou-se uma questão de saúde e segurança pública que vem produzindo repercussões no cenário nacional. Mas é importante salientar que violência doméstica não é o único tipo de violência à qual a mulher negra está sujeita.

Pelo exposto, o interesse de que o estudo possa contribuir para a construção do conhecimento a respeito da violência de gênero, com abordagem racial, soma-se ao interesse vinculado da autora, nesse sentido, na condição de militante ativista de movimento social, participante de grupos de pesquisa sobre raça, gênero e classe, o que tem relação com “o sujeito” deste trabalho.

Além do referido acima, considera-se que os dados sobre homicídios de mulheres negras são bastante significativos, alarmantes e preocupantes para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, pois, de cada 100 vítimas de homicídio, 71 são mulheres negras. Os homicídios de mulheres negras cresceram 22% entre os anos de 2005 e 2015, enquanto que os de mulheres não negras reduziram em 7,4%. Mulheres negras são 59% das vítimas de violência doméstica. Mulheres negras sofrem mais assédios em espaços públicos (44% contra 35% de mulheres brancas). O assédio em transportes públicos ou privados é 11% maior entre mulheres negras contra somente 9% entre mulheres brancas. A abordagem de maneira agressiva em festas é de 7% para mulheres negras e 4% para mulheres brancas. Nas empresas, apenas 1% das mulheres negras entrevistadas exerce cargo de chefia (IPEA, 2013).

1.3 PROBLEMA

A pesquisa abordou a violência contra a mulher negra na cidade de Belém, analisando suas consequências em duas vertentes: os efeitos socioeconômicos e os efeitos afetivos. Como se evidenciam esses efeitos, isto é, como são operacionalizados? A obtenção de resposta a esta questão, que traduz o problema de pesquisa, impôs a caracterização desses dois tipos de efeitos com base na identificação das relações sociais e afetivas que as participantes estabelecem no contexto do trabalho, considerando também a sua inserção no mercado de trabalho formal, a renda auferida e a mobilidade social, pela análise dos ambientes que frequentam (lazer), bem como a identificação das suas relações afetivas nesses ambientes, além do contexto familiar. Entende-se como relações afetivas os laços que as mulheres negras, participantes da pesquisa, têm com os integrantes do círculo familiar (pais, filhos, irmãos, parceiros), com as pessoas com as quais elas interagem no contexto do trabalho e nos círculos sociais de lazer. Assim, é pertinente realizar um levantamento do repertório comportamental que as participantes apresentam na sua interação com os integrantes dos círculos mencionados, a exemplo da interação com o (a) companheiro (a), na condição de alvo da violência, no que se refere à maneira como elas lidam com os seus sentimentos e emoções nessa relação. A análise implica o debate sobre raça e gênero, circunscrevendo-os aos casos brasileiros e especificamente aos casos paraenses.

Há que se considerar que, embora o cenário atual seja de redução das desigualdades sociais, ainda persistem padrões diferenciados de participação no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras. Isso se reflete ou é atestado pela quase que inexistente inserção e permanência da mulher negra em cargos, funções ou profissões de elevado prestígio social e/ou públicas, fato que parece estar relacionado às relações socioeconômicas e afetivas da mulher negra como consequências prováveis de algum episódio de violência de que ela foi alvo (SILVA, 2016).

Quanto às desigualdades raciais, observa-se que, não obstante a reconhecida rigidez de classe social no Brasil, os estudos apontam que ela ganha aspecto racial nas tentativas de aquisição ou manutenção de status elevado (FREYRE, 1998). As desigualdades raciais se revelam tanto na busca pelo emprego (com elevada taxa de desemprego para os negros), como na competição social por espaços e posições de poder (condição de empregador, proprietário, posições de comando e chefia).

A trajetória socioeconômica e afetiva das mulheres negras tem sido analisada como fruto do intercruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e da desigualdade racial. Neste sentido, pode haver um avanço das mulheres negras em relação aos homens negros, mas elas permanecem em desvantagem em relação às mulheres brancas (SILVA, 2016).

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a violência contra a mulher negra em Belém/PA influencia as suas relações socioeconômicas e afetivas.

1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos foram:

- 1.4.2.1. Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a violência contra a mulher negra, no Brasil, como recorte étnico-racial;
- 1.4.2.2. Caracterizar as relações socioeconômicas e as relações afetivas das mulheres negras participantes do estudo.
- 1.4.2.3. Explicitar qual ou quais os tipos de violência que incidem com maior frequência sobre as relações socioeconômicas e afetivas das participantes da pesquisa.
- 1.4.2.4. Verificar como os tipos de violência mais frequentes afetam as relações socioeconômicas e afetivas das participantes da pesquisa.

1.5 HIPÓTESE

A violência, independentemente dos tipos que a caracterizam, do grau, dos autores e das situações em que ocorre, gera efeitos negativos na mulher negra alvo de sua incidência, em termos de suas relações socioeconômicas e afetivas, passíveis de serem identificadas pela análise da forma pela qual ocorre a sua inserção no mercado de trabalho formal, a renda auferida, a sua visibilidade e interação nos diversos círculos/ambientes, com atenção aos laços de afeto e análise de sua autoestima.

1.6 REVISÃO DA LITERATURA

A violência é tida, segundo Chauí (1985, p.78), como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo”. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”

A violência contra a mulher tem gerado forte preocupação social (WAISELFISZ, 2015), é um assunto de interesse da academia e mostra haver uma assimetria de poder entre homens e mulheres (BANDEIRA, 2014). É uma temática que se insere nos estudos sobre a violência de gênero e é usada com frequência na literatura em segurança pública em conjunto com expressões similares – “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência de gênero” e “violência conjugal” –, indicando haver, como apontam Butler (2003), Fávero (2010), Rezende et al. (2013), sentidos variados para esse uso, o que gera confusão terminológica em termos de se mencionam um mesmo fenômeno ou se se referem a concepções diferentes de um mesmo fenômeno. A presença desses termos como similares e a confusão terminológica apontada acima, foram referidas num estudo realizado por Canaan (2017), sugerindo haver dimensões variadas e multidisciplinaridade para o uso desses termos, e que isso gera implicações no campo teórico, metodológico e prático em segurança pública.

A concepção de violência contra mulheres resulta, conforma aponta Chauí (1985), de uma ideologia que define a condição “feminina” como inferior à “masculina”. As diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas por meio de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o seu corpo.

Para Werneck (2002), a mulher negra é objetificada, hipersexualizada, devido aos seus corpos anatomicamente mais robustos em comparação aos da mulher branca ou não negra. A ideia de “mulata” afeta o imaginário dos homens que, sem qualquer pudor ou melindre, se apropriam da mulher identificada nesse imaginário, para satisfazer seus desejos carnis em detrimento de relações de afeto ou compromisso que eles firmam com a mulher branca.

A violência contra a mulher, ou violência de gênero, é discutida por Saffioti, diferentemente de Chauí, numa perspectiva de exploração, no sistema do patriarcado, mas para além da ideologia sexista. Para Saffioti (1976), o principal beneficiado do patriarcado no sistema capitalista é o homem rico e branco. A ideologia na qual se sustenta esse sistema socializa o homem para dominar a mulher e esta, para se submeter ao “poder do macho”. A

violência contra a mulher resulta, segundo esta autora, da socialização “machista” em decorrência da formação do homem como “macho”. Este se julga no direito de exercer violência física contra sua mulher. Ela, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como natural.

Saffioti (1976) rejeita a ideia de que mulheres sejam cúmplices da violência no sistema patriarcal. A autora as considera como sujeitos numa relação desigual de poder com os homens. Para ela, as mulheres se submetem à violência não porque “consintam”; elas são forçadas a “ceder”, porque não têm poder suficiente para consentir, em virtude de serem dependentes, financeiramente e afetivamente, sem contar o contexto social em que estão inseridas.

Gregori (1992) analisa a violência de gênero na perspectiva de que a relação entre o homem e a mulher é opressora e alimentada pela sociedade, que molda a concepção de mulher como procriadora e a única responsável em manter a família, mesmo estando sujeita a violência.

Ainda segundo Gregori (1992), os motivos pelos quais as mulheres poderiam não perceber os conflitos vivenciados como originários de uma relação de dependência e submissão, podem estar relacionados a uma relação de parceria e afirma: “Existe alguma coisa que recorta a questão da violência contra a mulher que não está sendo considerada quando ela é lida apenas como ação criminosa e que exige punição” (p. 183).

Já Beauvoir (1976), em “O Segundo Sexo”, relata problemas de mulheres europeias nas décadas de 50 e 60 e tece reflexões a respeito do “ser mulher”, ao mesmo tempo em que se discute o ser homem. Para ela, o homem é considerado um ser pensável sem a mulher, porém, a mulher não é considerada um ser pensável sem o homem. Ela não é, senão, o que o homem decide que ela seja. Nota-se, na obra de Beauvoir, essa invisibilidade e esse subjugo, pois, segundo ela, a questão raça está interligada à classe social.

Hooks (2017) discute a afetividade da mulher negra remetendo à solidão a que é votada, proveniente de sua não aceitação racial e não mobilidade econômica e social, além de, teoricamente, “perder” seus parceiros para brancas, pois, essa prática simboliza, para o homem negro, uma ascensão econômica e social.

Em uma de suas mais recentes obras traduzidas para o português, “Mulher, Raça e Classe”, Davis (2016) argumenta que é preciso relacionar a violência de gênero a outros tipos de violência, como, por exemplo, violência institucional, para que se possa buscar outras maneiras de combater o sexismo. Na mesma obra, a autora demonstra a importância de relacionar classe à raça e gênero, entendendo e estudando as interseccionalidades (soma de duas ou mais opressões). Para ela, se faz necessário o estudo de raça, classe e gênero, dizendo:

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa classe. E gênero informa classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida (DAVIS, 2016, p. 7).

A reflexão sobre esse trecho do livro de Davis é necessária para se perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a se compreender que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas, não havendo a primazia de uma categoria sobre as outras.

Para Davis, proporcionalmente as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as mulheres brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão, pois, como escravizadas, essas mulheres negras tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.

No sistema escravagista, o povo negro era definido como propriedade e, nesse mesmo sistema, as mulheres negras não eram vistas como sendo inferiores aos homens e também, como unidades de trabalho, pois, para os proprietários de escravos, elas poderiam ser desprovidas de gênero (DAVIS, 2016).

Carolina de Jesus (JESUS, 1960), autora negra, retrata o sofrimento a que foi exposta dentro de um cômodo em uma favela de São Paulo, mas sem deixar de reconhecer o sofrimento dos outros favelados negros e não negros do mesmo espaço urbano, registrando no seu livro “Quarto de Despejo: o diário de uma favelada”, o drama de quem foi alvo, todos os dias, do preconceito e da discriminação racial. O impacto causado pelo diário na mídia e em setores do meio literário nacionais deve-se, sobretudo, à experiência social narrada como testemunho pela autora. Nascida em Sacramento, Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus transferiu-se para São Paulo em 1937, onde trabalhou como catadora de lixo. Em 1955, iniciou a produção do diário, em que registrou sua vida na favela do Canindé.

O livro é pertinente ao contexto do final da década de 1950 e início de 1960, mas é considerado atual, em virtude de que, nos dias de hoje, ainda se constata, para a mulher negra, a existência de condições de vida precárias e uma obscura possibilidade de mudança que lhe garanta dignidade humana. No período que contextualiza o livro, o Brasil assistia à tomada de consciência do contraste entre o processo de modernização econômica e a reprodução massiva de desigualdades sociais. Ecos desse quadro histórico são identificáveis na trajetória da escritora que era uma mulher negra, à frente ao seu tempo, alfabetizada, com liderança em sua

comunidade, senso crítico muito aguçado, além da consciência de classe e da consciência política.

Para Carneiro (1993), as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas o mito da fragilidade feminina, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazem parte também de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc., e que não compreenderam quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar, pois, as mulheres negras já trabalhavam fora de casa. O relato de uma dessas mulheres, Sojourner Truth (nome adotado por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher), proferido em 1851 durante uma convenção em Akron, Ohio, Estados Unidos, pelos direitos das mulheres, revela bem essa situação.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, serem levantadas sobre valas e ter o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, ou me deu qualquer “melhor lugar”! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” (TRUTH, in GELEDÉS, 2016 - <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>).

1.7 METODOLOGIA

1.7.1 Natureza da Pesquisa

A pesquisa desta Dissertação envolveu uma revisão sistemática da literatura (Artigo científico 1, Capítulo 2), baseada no procedimento do estudo de Canaan (2017), que visava esclarecer o sentido do uso de termos referentes à violência contra a mulher. Assim, realizou-se uma pesquisa conceitual. Também, a natureza da Dissertação foi de uma abordagem qualitativa (Artigo científico 2, Capítulo 2), sendo que esta, para Moresi (2003), leva em conta tudo que é quantificável e requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas como percentagens,

por exemplo, utilizada no estudo. Igualmente utilizada, foi a abordagem qualitativa, que é entendida como a exploração dos fenômenos e a atribuição de significados, ou seja, a análise de dados, sendo que o processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MORESI, 2003). Para Minayo (2010), uma análise qualitativa interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala que permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes. Neste sentido, foi utilizada a pesquisa qualitativa para esclarecimento dos resultados obtidos

1.7.2 Lócus da Pesquisa

A coleta de dados no âmbito do Artigo científico 1, foi realizada em ambiente virtual. A coleta de dados no âmbito do Artigo científico 2, ocorreu em dois ambientes, que eram espaços acadêmicos de duas instituições localizadas em Belém/Pará: especificamente, uma sala de uma universidade particular (primeiro ambiente) e uma sala de uma universidade pública (segundo ambiente) onde atua um grupo de estudos e pesquisa sobre raça, gênero e sexualidade, formado por 12 mulheres, dentre as quais a pesquisadora. Havia no ambiente 1 mesa; 2 cadeiras; 1 computador Desk Top (não utilizado no momento da entrevista); 1 porta, 1 janela (fechada durante a entrevista); ventilação e iluminação artificiais. Media aproximadamente 2,5m x 4m.

A universidade particular está situada num bairro nobre da capital paraense, conta com a turma de um curso no período noturno, com 42 alunos, sendo que 7 são do sexo masculino e 35 do sexo feminino, e 1 professora autodeclarada negra, do conjunto de 12 professores de ambos os sexos. Porém, do total, somente 6 pessoas, do sexo feminino e autodeclaradas negras se dispuseram a participar na pesquisa. Havia, no ambiente, 1 mesa; 45 carteiras; equipamento de áudio e vídeo (não utilizado no momento da entrevista); 1 porta; ventilação e iluminação artificiais. Media, aproximadamente, 15m x 14m.

Os dois ambientes eram silenciosos e isentos de interferências externas. Em ambos, a entrevistadora ficava sentada à frente da entrevistada e as entrevistas ocorreram no período noturno, entre 19 e 22 horas, sempre em respeito ao horário das entrevistadas.

1.7.3 Participantes e Critérios de Inclusão

Participaram 12 mulheres autodeclaradas negras de um total de 64 pessoas. Cada participante foi escolhida conforme os seguintes critérios: ser mulher autodeclarada negra,

possuir mais de 18 anos de idade e concordar em participar na pesquisa, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ver modelo no Apêndice 1). As mulheres que não preenchiam esses critérios não foram. Em um dos ambientes das participantes, constatou-se haver 6 mulheres, de um total de 15, autodeclaradas negras, com o *status* de alunas. Apenas 1 mulher autodeclarada negra era professora. Em outro ambiente (descrito adiante), observou-se haver um grupo de estudos formado por 12 membros, dos quais, somente 6 mulheres autodeclaradas negras foram convidadas para participarem na pesquisa. Assim, a pesquisa contou com a participação de 12 mulheres – 6 do primeiro ambiente e 6 do segundo.

1.7.4. Materiais e Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa foi qualitativa, na modalidade avaliativa, a qual, segundo Gil (2010), é “composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação” (p. 67). O trabalho desenvolvido foi analisado sob a ótica do processo interseccional (intercruzando raça, classe e gênero) e da prática da violência deliberada contra a mulher negra e seus efeitos em suas relações socioeconômicas e afetivas.

Utilizou-se também a metodologia quantitativa, para avaliar os efeitos da violência contra a mulher negra, considerando, além dos dois aspectos, (socioeconômicos e afetivos) a invisibilidade e a auto estima para quantificar os resultados. Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro que, inicialmente serviu como piloto, aperfeiçoado, posteriormente.

1.7.5 Fontes de Dados, População e Amostra

A base das fontes de coleta de dados foi constituída por entrevistas com as participantes, por meio das quais foram obtidos três blocos de dados: o primeiro bloco, relativo à idade, escolaridade, tempo de relacionamento com o parceiro afetivo, ocupação e religião; o segundo bloco foi relativo ao histórico de violência; e o terceiro bloco, referente a dados sobre as relações socioeconômicas e afetivas das participantes no contexto de sua interação com o parceiro, familiares, amigos e pessoas da esfera social. A amostra foi de 12 mulheres do total de 64 pessoas.

1.7.6 Procedimento de Coleta e de Análise de Dados

No estudo que gerou o Artigo científico 1, houve dois procedimentos que envolveram a localização e a seleção das referências: 1) Busca das referências (artigos) na base de dados

dos Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>); 2) Utilização de um descritor para essa busca, no âmbito do Brasil, tendo como delimitação temporal o período de 2003 a 2017. Em função de a temática do estudo envolver a violência contra a mulher negra, optou-se, metodologicamente, pela realização de uma revisão sistemática de literatura em língua portuguesa, no período citado, e que contemplasse a violência em suas dimensões raça/cor e gênero.

A localização e seleção das referências obedeceram à definição da compatibilidade entre a referência e o tema do estudo, na forma da seguinte pergunta norteadora: Qual era o termo utilizado nos artigos para se referir à violência contra a mulher negra, isto é, em que categoria a mulher negra era inserida – somente à violência de gênero, ou à violência envolvendo raça/etnia, especificamente?

Para a seleção das referências utilizadas, após a sua localização, e sob controle do critério de inclusão e exclusão dos artigos, realizou-se a leitura do título, do resumo e da introdução de cada um deles, tendo-se em conta o período delimitado, a publicação em língua portuguesa, bem como a conectividade com o tema. Muitos artigos, do total encontrado, versavam sobre violência racial, saúde física e mental da mulher não negra e negra, além de discorrerem sobre feminismo negro e masculinidade, o que não era o foco do trabalho. Por isso, foram excluídos do estudo, mas separados para análise em eventuais estudos posteriores. Os artigos que atendiam ao critério (referindo-se ao descritor “Violência contra a mulher negra”) foram considerados no estudo.

Para a análise das referências que estavam de acordo com o tema, programou-se verificar as principais características das definições encontradas que possuíam relação com a violência contra a mulher negra, além da verificação do periódico e da região, no Brasil, em que foram publicados os artigos utilizados no estudo, bem como a área científica à qual

No estudo que gerou o Artigo científico 2, a coleta de dados foi feita mediante entrevistas semiestruturadas, com cada participante de forma individual, nos dois ambientes, seguindo o roteiro descrito. As entrevistas ocorreram no período vespertino, entre 14 e 18 horas, respeitando o horário das entrevistadas. Para as entrevistas, foram utilizados: 1 gravador; 1 caneta esferográfica de tinta preta e/ou azul; 1 bloco de anotações; 1 computador *note book*. Antes das entrevistas, as participantes deram a sua concordância mediante a assinatura de um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Apêndice 1), com a garantia da não identificação das participantes, que eram assinaladas com códigos alfanuméricos. As entrevistas foram gravadas e realizadas, de início, por uma aluna graduada em serviço social e acadêmica

de psicologia, treinada pela autora do estudo para o efeito. Posteriormente, devido à ausência da aluna, as entrevistas passaram a ser realizadas pela autora e havia a duração mínima de 45 minutos e a máxima de 90 minutos. Embora o quesito tempo não fosse imposto para as entrevistadas, muitas delas se emocionaram ao relatarem suas histórias, respondendo às perguntas, e isso foi respeitado pela entrevistadora que aguardava o melhor momento para retomar a entrevista.

Para o procedimento de análise dos dados, realizou-se a transcrição das entrevistas, excluindo as partes ininteligíveis, e a organização de tabelas e quadros para interpretação das respostas à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico e para apresentação de propostas de pesquisas futuras sobre o tema. Em alguns casos, foi necessário retomar a entrevista para prover esclarecimentos.

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA²

Carmelita da Cunha Alfaia³

Marcelo Galvão Quintino Baptista⁴

RESUMO: São ainda escassos, no Brasil, estudos sobre violência contra mulheres negras, não obstante estas serem as mais atingidas por esse fenômeno, relativamente à violência contra mulheres brancas. Assim, o presente estudo objetivou discutir a pertinência de serem realizadas pesquisas que abordem a condição de raça/etnia da mulher negra, alvo de violência, e suas implicações para a Segurança Pública. Fez-se uma revisão sistemática da literatura, pela busca de referências, para o estudo, nos Periódicos CAPES, no período de 2003 a 2017, condicionada pelo termo “violência contra a mulher negra”. Dos 11.400 artigos localizados, somente 15 foram utilizados no estudo, conforme o critério de busca. Os resultados indicaram elevado percentual das publicações nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, em comparação com as publicações nas regiões Norte e Nordeste, apesar de estas registrarem quantidade maior de caso de violência contra mulheres pretas e pardas. Também, indicaram haver, nos artigos do estudo, utilização comum da expressão “violência de gênero” para identificar as violências envolvendo mulheres negras. É pertinente realizar mais pesquisas que deem visibilidade às mulheres negras e estimulem políticas públicas de enfrentamento da violência de que elas são alvo.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Condição Étnico-Racial, Segurança Pública.

² Este artigo foi submetido à revista *International Journal of Development Research* e recebeu o aceite para publicação em língua inglesa (conforme comprovante no Anexo).

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ccalfaia@yahoo.com.br

⁴ Professor de Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marcelogalvao1980@gmail.com

ABSTRACT: There are still few studies in Brazil on violence against black women, despite being the most affected by this phenomenon, regarding violence against white women. Thus, the present study aimed to discuss the pertinence of research that addresses the race/ethnicity of the black woman, target of violence, and its implications for Public Safety. Based on a systematic review of the literature, we searched for references in the CAPES periodicals from 2003 to 2017, conditioned by the term "violence against black women". The results indicated a high percentage of publications in the South, Southeast and Central West regions, compared to publications in the North and Northeast regions, although they recorded a higher number of cases of violence against black and brown women. They also indicated that there was a common use of the term "gender violence" in the study articles to identify violence involving black women. It is pertinent to carry out more research that gives visibility to black women and stimulates public policies to face the violence that they are targeting.

Keywords: Gender Violence; Ethnic-Racial Condition, Public Security.

INTRODUÇÃO

Tanto a Constituição Brasileira (Brasil, 2015) como a Declaração dos Direitos Humanos, de *10 de dezembro 1948, proclamada pela Assembleia Geral da ONU* (www.unicef.org) deixam claro que homens e mulheres têm os mesmos direitos pré-estabelecidos. Contudo, apesar dos avanços havidos em relação aos direitos da mulher, percebe-se que há problemas que ainda persistem e que a afetam relacionadas com a violência de gênero, como algo expressivo na sociedade brasileira.

Leituras prévias de publicações sobre a violência de gênero mostraram-se importantes para a compreensão e discussão da temática deste trabalho. Essas publicações indicam haver relativização das questões que envolvem gênero, feminismo e os estudos sobre raça e classe (Beauvoir, 1976; Saffioti, 2004; Davis, 2016, Carneiro, 2011, Gregori, 1992; Werneck, 2010; Hooks, 2017).

Para Beauvoir (1976), o homem é considerado um ser pensável sem a mulher, mas não o contrário. Assim, na visão desta autora, é evidente a invisibilidade da mulher e a sua subjugação. Também, evidente a interligação da questão *raça* está à classe social.

Em Saffioti (2004) a discussão sobre a violência contra a mulher, ou violência de gênero, é tecida numa perspectiva que extrapola o sexismo, no âmbito da exploração capitalista, sistema em que o domínio do homem rico e branco sobre a mulher tem amparo ideológico como sendo natural.

Davis (2016) argumenta sobre a pertinência de se relacionar a violência de gênero com outros tipos de violência, a exemplo da violência institucional. Para ela, é importante considerar, na abordagem desse tipo de violência a conjugação das formas de opressão envolvendo a mulher – com é especificamente o caso da relação entre classe social, a raça e gênero, conforme também defende Carneiro (2011).

Em Gregori (1992), a análise da violência de gênero é feita na perspectiva de uma relação opressora entre o homem e a mulher, condicionada socialmente.

Werneck (2010) faz referência à mulher negra enfatizando o fato de esta ser vista como objeto e com hipersexualização, devido à maior robustez de seu corpo, em termos anatômicos, em comparação ao corpo da mulher branca ou não negra. A autora aponta que a ideia de “mulata” afeta o imaginário dos homens, fazendo com que se apropriem da mulher assim concebida nesse imaginário, para a satisfação de seus desejos carniais, em detrimento de relações de afeto ou de compromisso que firmam com a mulher branca.

Também, considerando a mulher negra, Hooks (2017) discute a afetividade desta remetendo à solidão a que ela é votada e diz ser proveniente de sua não aceitação racial e da ausência de sua mobilidade econômica e social. Também, pelo fato de ela, teoricamente, “perder” seus parceiros para mulheres brancas, por essa prática simbolizar, para o homem negro, uma ascensão econômica e social.

Afora a abordagem sobre violência de gênero, ou violência contra a mulher, incluindo a questão da raça, cor/etnia (Davis, 2016; Carneiro, 2011), apresentada acima, requer-se uma análise consistente da situação da mulher negra, nessa abordagem, particularmente no contexto brasileiro. O Mapa da Violência 2015, 1ª edição (www.mapadaviolencia.org.br) mostra as estatísticas desse tipo de violência no Brasil, de 2003 a 2013, que expõem claramente as discrepâncias entre o número de homicídios contra as mulheres brancas e as negras no período. A análise da incidência da raça/cor relacionada à violência letal, para o conjunto da população, permite concluir que “a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País”; que “as taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros”; que, “por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica” (p. 29). Isso tem os seus reflexos na população feminina. Assim, no que respeita às mulheres brancas, os dados revelam

que o número de homicídios caiu “de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013”. Mas que os homicídios de mulheres negras tiveram aumento de “54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas” (pp. 29, 30).

Não obstante o que os dados revelam, são ainda escassos os estudos voltados para a violência contra a mulher negra no Brasil. Considerando o exposto, o presente artigo foi desenhado com o objetivo de discutir a pertinência de realização de estudos sistemáticos centralizados na mulher negra, alvo de violência, tendo em conta a sua dupla condição – gênero e raça/cor, na perspectiva de levar à reflexão sobre a importância da inserção da pesquisa e de suas implicações na área da Segurança Pública, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A motivação da pesquisa foi a constatação de ausência de visibilidade da mulher negra, na literatura científica brasileira sobre a violência de gênero, com o recorte étnico-racial. Fez-se uma revisão sistemática da literatura, fundamentada no procedimento do estudo de Canaan (2017), cujo objetivo era esclarecer o sentido do uso de termos referentes à violência contra a mulher, como sinônimos, supostamente designando um mesmo fenômeno. Na pesquisa, houve duas etapas principais: 1. Localização e seleção das referências; 2. Análise das referências selecionadas.

Localização, Seleção e Análise das Referências

A busca de referências, isto é, de artigos, gerou a sua localização, na base de dados dos Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Em seguida, fez-se a seleção das referências, tendo em conta o descritor “Violência contra a mulher negra”. Finalmente, fez-se a análise das referências selecionadas para o estudo.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão organizados em duas seções. Na primeira seção (Tabela 1), mostra-se, de um modo geral, o total de artigos que resultou da busca – localizados, selecionados, excluídos e utilizados no estudo, com base na busca no acervo do Portal de

Periódicos da Capes, e tendo em consideração a palavra de busca “Violência contra a mulher negra”. Na segunda seção (Quadro 1) apresenta-se a quantidade de artigos excluídos por não atenderem ao critério do estudo.

Tabela 1: Quantidade de artigos localizados, selecionados, excluídos e utilizados com base no descritor de busca “Violência contra a mulher negra” e nos métodos integral e Google acadêmico.

Item	Número de Artigos
Localizados pelo Método Google Acadêmico	11.400
Localizados pelo Método Integral	15
Selecionados pelo Método Google Acadêmico	30
Excluídos pelo Método Google Acadêmico	15
Utilizados	15

Fonte: Baseada no Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Jul. 2018.

Conforme a Tabela 1 foram localizados inicialmente 11.400 artigos, pelo método Google acadêmico, dos quais foram aproveitados 30. Desses 30 artigos, 15 foram selecionados por possuírem compatibilidade com o tema do estudo e 15 foram excluídos por não atenderem ao critério. Também foram localizados 15 artigos pelo método integral, porém, os mesmos foram excluídos, pelo mesmo motivo.

Conforme o Quadro 1, do total de artigos excluídos, a maioria foi publicada recentemente (2 artigos em 2010, 2 artigos em 2011, 1 artigo em 2012, 1 artigo em 2013 e 1 artigo em 2014). Além disso, a palavra “saúde” é parte integrante dos títulos de quase todos os artigos, tais como A1, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A11 A12 e A13.

Quadro 1: Artigos excluídos por não atenderem ao critério do estudo, com a especificação do título e ano de publicação.

Nº	Título do Artigo	Ano de Publicação
A1	A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem.	2008
A2	Questões Raciais e de Gênero na Produção Científica de Enfermagem no Brasil.	2011
A3	Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher.	2008
A4	Violência social sob a perspectiva da saúde pública.	2010
A5	Práticas dos profissionais das equipes de saúde da família voltadas para as mulheres em situação de violência sexual.	2007
A6	Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde.	2014
A7	O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental.	2010
A8	Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde?	2011
A9	A percepção de profissionais da saúde de um hospital sobre a violência contra as mulheres.	2009
A10	Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioga a Beijing.	2008
A11	Masculinidade, raça/cor e saúde.	2004
A12	Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde.	2005
A13	Feminismo negro: raça, feminismo negro: raça, feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993) no Brasil (1975-1993) no Brasil (1975-1993)	2012
A14	Matizes da Violência contra a Mulher: conhecendo o fenômeno.	2004
A15	Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.	2013

Fonte: Baseada no Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Jul.2018.

Legenda: a utilização de letra e número (exemplo: A1) identifica cada artigo.

No Quadro 2, artigos A3, A4, A5, A9, A10, A11, A12, A13 e A14, embora não esteja explicitado no título o qualitativo “negra” ou “negras” de fato o conteúdo desses artigos trata da violência envolvendo a mulher negra.

Quadro 2: Artigos utilizados, com a indicação do título, autor/es e ano de publicação.

Nº	Título do Artigo	Autor/es	Ano de Publicação
A1	Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres Pretas e Pardas no Brasil: Reflexões pela Ótica dos Estudos Feministas Latino Americanos.	Almeida, T. M. C. de; Pereira, B. C. J.	2012
A2	Violência de gênero contra mulheres negras: reflexões a partir do Mapa da violência 2015.	Roza, G. S. da.	2016
A3	Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro.	Kronbauer, J. F. D.; Meneghel, S. N.	2003
A4	Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Abordagem no Núcleo da Delegacia em Atendimento à Mulher de um Município do Estado da Bahia	Mendes, Z. et. al.	2017
A5	A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero	Crenshaw, K.	2004
A6	Por uma criminologia feminista e negra: uma análise crítica da marginalização da mulher negra no cárcere brasileiro.	Vasconcelos, I. C. C.; Oliveira, M. R. D.	2016
A7	Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro	Werneck, J.	2010
A8	O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica.	White, E.	2002
A9	A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade.	Saffioti, H.	2008
A10	Discriminação múltipla como discriminação interseccional: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação.	Silva, R. da.	2016
A11	Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero	Carneiro, S.	2011
A12	Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de quilombos, em Alagoas.	Riscado, J. L. S. et. al.	2009
A13	Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo	Werneck, J.	2010
A14	Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero.	Ramão, S. R. et al.	2004
A15	Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial.	Oliveira, M. L. P. de.	2008

Fonte: Baseada no Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) – jul. 2018.

Legenda: a utilização de letra e número (exemplo: A1) identifica cada artigo.

O Quadro 3 mostra um elevado percentual das publicações em periódicos das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Há apenas uma publicação da região Nordeste, não obstante o fato de que os dados apontam as regiões Norte e Nordeste como os principais cenários da violência contra a mulher preta e parda, uma vez que a grande maioria das mulheres nessa condição se concentra nessas regiões.

Quadro 3: Artigos utilizados do estudo, com a identificação da região e dos periódicos em que foram publicados.

Nº	Região/ Estado	Periódico
A1	Minas Gerais	Artigo/Revista Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política
A2	Brasília	Artigo/ Mapa da Violência 2015
A3	São Paulo	Artigo/Revista de Saúde Pública
A4	Paraíba	Artigo/Revista Brasileira de Ciências da Saúde
A5	Santa Catarina	Artigo/Revista de Estudos Feministas
A6	Rio Grande do Sul	Artigo/Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal
A7	Rio de Janeiro	Artigo/Revista Criola
A8	São Paulo	Artigo/ Geledés - Instituto da Mulher negra
A9	Minas Gerais	Artigo/Revista Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política
A10	Minas Gerais	Artigo/Revista Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política
A11	São Paulo	Artigo/Geledés - Instituto da Mulher negra
A12	São Paulo	Artigo/Revista Saúde e Sociedade
A13	Goiás	Artigo/Revista ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros)
A14	Santa Catarina	Artigo/Revista Psicologia e Sociedade
A15	Santa Catarina	Artigo/Revista Psicologia e Sociedade

Fonte: Baseada no Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) – jul. 2018.

DISCUSSÃO

Almeida e Pereira (2012) apontam que a investigação sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil tem sido feita de forma exacerbada e que muito se tem avançado em termos jurídicos e em políticas públicas no que diz respeito à coibição, erradicação, prevenção e punição dessa violência. Porém, afirmam, que nenhuma medida concreta tem sido tomada para se conhecer a vivência das mulheres pretas e pardas, alvo de violência, nem sobre o envolvimento de homens brancos, pretos e pardos enquanto seus agressores, o que caracteriza a invisibilidade da violência de gênero atrelada à raça e também à classe social.

Roza (2016) aborda a violência contra a mulher negra por razão de raça e gênero no Brasil, discutindo a contribuição, para isso, de alguns fatores, como vulnerabilidade social,

emprego formal, educação e outros, que fazem elevar o número de homicídios contra mulheres negras, enquanto geram a diminuição do número de homicídios de mulheres brancas. Essa análise é feita a partir dos dados apresentados pelo Mapa da Violência 2015, 1ª ed. (www.mapadaviolencia.org.br) no período de 2003 a 2015. Além disso, o artigo sugere que as políticas públicas deveriam levar em conta os grupos específicos das mulheres negras, dado o protagonismo dessas mulheres.

Kronbauer e Meneghel (2003) demonstram a prevalência e o perfil da violência de gênero (física, psicológica e sexual) perpetrada contra a mulher pelo parceiro(a) atual ou passado e sinalizam a importância de se dar visibilidade à mulher negra, submetida à e violência, e atrelá-la às discussões de gênero, raça e classe social.

Mendes *et al.* (2017) apresentam o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas em um núcleo de assistência à mulher no município de São Francisco do Conde, Bahia, nos anos de 2012 e 2014. Como as mulheres atendidas eram predominantes negras, os autores concluem que houve um aumento no número de casos de vítimas de violência doméstica no município, compreendendo essas mulheres, as quais também eram jovens, com baixa escolaridade e baixa renda familiar, com 1 a 2 dois filhos, e submetidas à violência física adicionada a três ou mais tipos de violência por parte do agressor, sendo este, na maioria dos casos, o próprio companheiro.

Crenshaw (2004) preocupa-se em estudo em identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como elas operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. Também, objetiva compreender e enfatizar a necessidade de serem realizados esforços que eliminem as barreiras dessas discriminações, reconhecendo que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero, abordando, assim, a interseccionalidade necessária para combater e intervir diretamente nas violências de que as mulheres, especialmente as negras, são alvo.

Vasconcelos e Oliveira (2016) ressaltam que mesmo com as transformações ocorridas nas condições de vida e o papel das mulheres em todo o mundo, é pertinente dar atenção especial à questão da mulher negra, por esta ser marcada por dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade veladamente machista e misógina, além de ser negra em uma sociedade racista. Assim, os autores analisam variáveis de gênero, etnia e exclusão social, à luz das teorias da Criminologia Crítica e Feminista Negra.

Werneck (2010) critica a forma como ainda os dados são coletados, no Brasil, pelo Sistema Único de Saúde, apontando que isso acontece por ser a população negra brasileira sua

principal clientela. A autora discute que a desproporcionalidade da incidência das violências nos diferentes grupos populacionais permite verificar a importância do racismo em sua produção. E que a mesma predominância do grupo racial negro pode ser verificada nos casos de violência sexual notificados, com maior vulnerabilidade para as mulheres negras, devido à sua situação social, econômica e afetiva.

White (2002) aponta que as políticas públicas são cobradas para que possam coibir mais notificações de violência contra a mulher negra, pelo fato de ela ser mulher e ser negra, não somente porque as mulheres negras denunciam mais, mas também porque as que mais sofrem com a violência tanto no lar como fora dele.

Saffioti (2008) mostra que, embora algumas conquistas tenham sido relevantes, no campo feminino, como o direito ao voto na Suíça, a legalização do aborto nos Estados Unidos e na França e o divórcio no Brasil, nunca essas conquistas foram obtidas por mulheres negras como sujeitos; ao contrário, enquanto as mulheres brancas lutavam, as negras continuavam trabalhando como empregadas domésticas em suas casas. Essa assertiva é corroborada por Sueli Carneiro, na obra “Enegrecer o Feminismo”, quando diz:

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor (CARNEIRO, 2011, p. 1).

Silva (2010) mostra o surgimento do Feminismo Negro como uma ruptura ao modelo discursivo apegado à primazia de gênero ou classe. Esse discurso é modificado e contesta os privilégios existentes na sociedade e descentraliza o sujeito político, o qual passa a não ser mais o homem ou a mulher como padrões eurocêtricos. Também, é um discurso que foge da questão masculina negra e se reduz à mulher negra e periférica.

Carneiro (2011) aponta que mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada das mulheres brancas que reivindicavam seus direitos na década de 50. Ainda, para a aurora, o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem sido reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras, o que poderia ser uma espécie de violência, racial e de gênero.

Riscado (2009) analisa em seu estudo, com base em depoimentos de mulheres negras, as formas de violência racial e de gênero e o comportamento das mulheres quilombolas diante das DST/Aids em Comunidades Remanescentes de Quilombos em Alagoas. No tocante ao racismo, menciona que, nesses depoimentos, as mulheres quilombolas disseram ser vítimas de preconceito racial, com expressões de subestimação, humilhação na rua, na escola, em festas e em atendimento em postos de saúde.

Werneck (2010) discute a importância de se restituir às mulheres negras as capacidades propositivas e de protagonismo de sua atuação. Isso porque, em decorrência do vigor com que os sistemas de inferiorização deste grupo social têm atuado ao longo da história, no Brasil, as mulheres negras são estereotipadas e subvalorizadas na história brasileira, o que aumenta sua invisibilidade e, por consequência, os casos de violência contra elas.

Ramão (2005) analisa a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero perpetrada pelo companheiro. Mediante uma intervenção pela técnica da cartografia (oficinas) envolvendo narrativa de histórias de mulheres em situação de violência de gênero, atendidas na organização não governamental (ONG) de mulheres negras Maria Mulher/Porto Alegre, observou que essas mulheres estão submetidas a múltiplas violências e deixam de se manifestar seus próprios desejos permanecendo enraizadas somente nos papéis de mãe, esposa e cuidadora.

Oliveira (2009) procura compreender, em um trabalho realizado com mulheres negras atendidas no programa SOS Racismo em Porto Alegre/RS, Brasil, os efeitos da discriminação racial na identidade e na relatividade dessas mulheres. Tomou como suporte as narrativas dessas mulheres atingidas pelo racismo/discriminação no âmbito do referido programa e, a partir daí, construiu estratégias de enfrentamento e resistência, como a de intervenção direta na violência relatada, transformando as narrativas pessoais em denúncias públicas.

A Abordagem da Violência contra a Mulher Negra nos Estudos

Nos artigos apresentados acima e que foram selecionados para este estudo, verifica-se que o termo “violência contra mulher negra” não é ou é pouco referido e que está inserido dentro do termo de “violência de gênero” ou ainda “violência contra a mulher” somente.

Constata-se ser comum a utilização da expressão “violência de gênero” para identificar as violências sofridas pela mulher negra, ou ainda a qualquer violência de que qualquer mulher seja ou tenha sido alvo. A violência racial e suas repercussões nas identidades e subjetividades de mulheres negras constituem um tema de pesquisa ainda pouco explorado, devido à expansão do conceito de raça que passou por transformação ao longo do tempo e que hoje tem sido

entendido como um operador político e socialmente construído, e também devido ao fato de que o conceito de violência de gênero tem sido apontado, em muitos estudos, como constituindo somente a violência doméstica, categoria em que se enquadram mulheres de um modo geral, tornando-a invisível e contrariando os dados estatísticos que apontam que estes sujeitos têm gênero, etnia e classe social. Desses estudos, convém destacar o Almeida (2012), pelo seu diferencial na abordagem da violência contra a mulher negra, apresentada a seguir.

Em Werneck (2010), a violência é vista como um conjunto amplo de problemas, cujas repercussões nos diversos setores são bem diferentes, alterando também as possibilidades ou os limites de intervenção. Esses problemas se caracterizam de forma estrutural, estruturante e institucional, uma vez que, abarca tanto os setores da política, economia, cultura e sociedade quanto as mais diversas ramificações institucionais, onde se percebe alto índice de violência institucional, entre elas o racismo.

Almeida (2012) identifica três correntes teóricas que ajudam a definir a violência, em especial contra a mulher. Na primeira corrente, também chamada de dominação masculina, a violência contra a mulher é entendida como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando a anulação da autonomia dela, concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da dominação masculina. Na segunda corrente, também chamada de dominação patriarcal, influenciada pela perspectiva feminista e marxista, a violência contra a mulher é entendida como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino. Na terceira corrente, nomeada de relacional, há relativização das noções de dominação masculina e de vitimização feminina, e a violência contra a mulher é concebida como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”.

CONCLUSÃO

Este estudo constitui uma revisão sistemática da literatura sobre a violência contra a mulher negra, no Brasil, no período de 2003 a 2017, evidenciando a condição de raça/cor, para se contrapor à falta de visibilidade dessa condição nos estudos buscados.

Como mencionado, as estatísticas mostram o peso da violência contra mulheres negras brasileiras, em relação ao das mulheres brancas, a exemplo das estatísticas difundidas pelo Mapa da Violência 2015, 1ªed. (www.mapadaviolencia.org.br). Esse fato, entretanto, tem sido irrelevante no sentido de impulsionar pesquisas para além daquelas que se mostram incipientes em revelar a condição de raça/cor da mulher negra no Brasil. Como defende Carneiro (2011),

considera-se que é necessário dar visibilidade às mulheres negras, o que permite atrelar à sua condição de gênero a sua condição de raça/etnia e estimular a elaboração de políticas, em Segurança Pública, de enfrentamento da violência de que elas são alvo. Este estudo pode ser tomado com uma contribuição nessa direção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA T.M.C.D (2012) Pereira , Bruna Cristina Jaquetto : Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres Pretas e Pardas no Brasil: Reflexões pela Ótica dos Estudos Feministas Latino Americanos. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política.v.2,n.2,Dossiê: Cultura e Política.*

BEAUVOIR S. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

CANAAN S. (2018), et al.: “Termos Relacionados à Violência envolvendo a mulher e a segurança pública: uma revisão da literatura.” In: CHAGAS, Clay; SILVA, Marcelle; VIEIRA, Denise (Orgs.): **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública.** 1.ed.- Belém: GAPTA/UFPA.

CARNEIRO S (2017). Mulher negra caderno IV- Geledes. Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.or.br/Mulher-Negra.pdf>>. Acessado em: 20 jan 2017.

CARNEIRO S (2011). Enegrecer o feminismo: Geledés – Instituto da Mulher Negra São Paulo SP. Disponível em www.geledes.org.br Acessado em: 22 jan 2017.

CRENSHAW K (2010) A interseccionalidade na discriminação e raça e gênero. *Revista de Estudos Feministas.* Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref> Acessado em 25 jan 2017.

DAVIS A (2016) *Mulheres, raça e classe/* Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani.-1.ed.- São Paulo: Boitempo.

GREGORI M. F. (1993). *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.* São Paulo: Paz e Terra/Anpocs.

HOOKS B (2017). Vivendo de amor. Disponível em:<<http://www.geledes.com.br>>. Acessado em: 10 de mai 2017.

KRONBAUER J.F.D (2005) Perfil da violência de gênero perpetrada pelo companheiro: revista saúde pública.

MENDES Z (2017) Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Abordagem no Núcleo da Delegacia em Atendimento à Mulher de um Município do Estado da Bahia .RBCS 2017- Revista Brasileira de Ciências da Saúde . volume 21, número 1.Pa OLIVEIRA M.L.P (2009): Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. Revista Psicologia e Saúde: 21(2): 266-274.paginas 21-28.

RAMÃO S.R (2005): Nos caminhos de Iansã: Cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. Revista Psicologia e Sociedade; 17(2): 79-87; mai/ago.

RISCADO J.L.S (2010): Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.19. supl.2, p.96-108.

ROZA G.S (2016). Violência de gênero contra mulheres negras: reflexões a partir do Mapa da violência 2015.

SAFFIOTI H (1976) I.B. A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade. Petrópolis, Editora Vozes.

SILVA R (2016). Discriminação múltipla como discriminação interseccional: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação/ Rodrigo da Silva.- Rio de Janeiro: Lume Juris.

VASCONCELOS I.C.C (2016): Por uma criminologia feminista e negra: uma análise crítica da marginalização da mulher negra no cárcere brasileiro – Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal- UFRGS. Vol.4, Nº1.

WASELFISZ J .J (2015) Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília. OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

Acessado em: 18 jul 2018.

WERNECK J (2010) Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro. In: CASTRO, L. M. X; CALASANS, Myllena; REIS, Sarah (orgs.). Mulheres de Brasília e do Rio de Janeiro no Monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Rio de Janeiro: CRIOLA; CFEMEA.

WHITE, E. (2002) O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica. In: WERNECK, J. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola.

ARTIGO CIENTÍFICO 2

EFEITOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA SOBRE SUAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AFETIVAS⁵

Carmelita da Cunha Alfaia⁶

Marcelo Quintino Galvão-Baptista⁷

Silvia Canaan Moraes de Oliveira⁸

RESUMO: Estudos voltados para a violência contra a mulher, no Brasil, geralmente consideram apenas a categoria gênero, entre outras, em detrimento da dimensão étnico-racial, o que tem demonstrado a invisibilidade à mulher negra. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos gerados pela violência contra mulheres negras, no contexto brasileiro, sobre suas relações tanto em termos socioeconômicos como também na esfera afetiva. Por meio da utilização de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 12 mulheres autodeclaradas negras e alvo de situações de violência ocorrida no âmbito de suas relações com o parceiro afetivo, foi possível a coleta de dados cuja análise permitiu identificar a violência moral e a psicológica como os tipos que se apresentaram de forma mais incidente sobre as participantes, no conjunto das demais – violência física, patrimonial e social. A pesquisa apontou, ainda, que as relações socioeconômicas e afetivas das participantes foram afetadas pela violência e marcadas pelo racismo, impedindo-as de transitar em lugares desejados e de consumir bens e serviços nesses lugares, e que essas relações não apresentaram conexão com a dependência financeira do parceiro afetivo. Também os resultados sinalizaram indícios de dependência afetiva em todas as entrevistadas. Conclui-se serem relevantes políticas estatais, em segurança pública, e sua

⁵ Este artigo será submetido à Revista Dilemas, conforme as regras no anexo 2.

⁶ Discente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ccalfaia@yahoo.com.br

⁷ Professor de Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marcelogalvao1980@gmail.com

⁸ Professora de Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: silviacanaan@gmail.com

materialização, para haver reversão e prevenção da violência contra mulheres negras, tendo em vista suas peculiaridades e lhes permitindo a visibilidade negada historicamente.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Racismo; Segurança Pública.

ABSTRACT: Studies focused on violence against women in Brazil generally consider only the category of gender, among others, omitting ethnic-racial dimension, which has shown the invisibility to the black woman. This study aimed to analyze the effects generated by violence against black women, in the Brazilian context, on their relationships both in socioeconomic terms and also in the affective sphere. Through the use of semi-structured interviews with 12 self-declared black women and victims of situations of violence occurring within their relationships with the affective partner, it was possible to collect data whose analysis allowed to identify moral and psychological violence such as types who presented themselves more incidentally to the participants, in the rest of the others - physical, patrimonial and social violence. The research also pointed out that participants' socioeconomic and affective relationships were affected by violence and marked by racism, not allowing them to attend desired places and that these relations did not have a connection with dependence on the affective partner. The results also indicated signs of affective dependence in all interviewees. It is concluded that it is relevant to design state policies, particularly in the field of public security, and mechanisms that materialize them, to provide conditions for the reversion and prevention of the effects found in the research resulting from the violence of which black women were targeted, thus considering their peculiarities and allowing them the visibility that has been denied them historically.

Key-words: Gender Violence; Black Woman; Racism; Socioeconomic and Affective Relationships; Public Security.

INTRODUÇÃO

O termo “violência contra a mulher” tem sido utilizado na literatura brasileira como similar a outros termos, a exemplo de “violência de gênero”, indicando suas múltiplas dimensões e em referência a um mesmo fenômeno (Canaan, et al., 2018). Este fato requer que seja esclarecido o sentido de cada termo, evitando-se, assim, confusão terminológica em estudos voltados para a violência envolvendo a mulher na área de segurança pública.

Safiotti (2001) tece discussões sobre a violência de gênero numa perspectiva que abrange não somente as mulheres, mas também as crianças e os adolescentes de ambos os sexos, bem como os homens, os quais, no exercício da função patriarcal, detêm o poder, que lhes é garantido socialmente, de determinar a conduta feminina.

A Declaração das Nações Unidas, de 1949, aprovada pela Conferência de Viena em 1993, segundo Adeodato (2006, p. 2), apresenta o entendimento de violência envolvendo relações de gênero, como sendo “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade”.

Para Garbin CAS et al. (2006), a percepção social da violência contra a mulher é histórica, vem-se transformando ao longo dos séculos, em função da luta política travada pelas mulheres, o que desnaturalizou esse fenômeno, deu-lhe visibilidade e, mais recentemente, qualificou-o como uma violação dos direitos humanos, sendo esta tipificada como um comportamento criminal, devendo ser encarada justamente desta maneira pelos profissionais que lidam com as vítimas desse crime – não apenas as mulheres envolvidas, como também filhos, parentes e amigos.

No Brasil, estudos sobre violência contra a mulher, têm omitido tratar de questões relacionadas à raça, classe e gênero para a compreensão do fenômeno. Daí entender-se a invisibilidade à mulher negra, nesses estudos. No sentido de serem consideradas essas questões, por sua pertinência, Almeida (2012) discutem que o cruzamento de gênero e raça nas relações sociais, no país – como objeto de estudo e de políticas públicas – não tem tido a devida visibilidade na longa tradição cultural brasileira.

Quando as mulheres negras são consideradas, nos estudos sobre violência, entre as várias representações sociais acerca delas, no Brasil, conforme White (2002), aquelas que as enquadram como vítimas sofredoras servem para mantê-las passivas e confusas em relação à violência. Este estereótipo não influencia apenas as relações íntimas, mas também o dia a dia

dessas mulheres. Ainda, segundo o mesmo autor, as mulheres, em geral, alvo de violência tendem a colocar as suas necessidades em segundo plano, e esta é uma das características fortes e presentes nas mulheres negras, em virtude de sua condição histórica, se for levado em conta o longo processo de escravagismo, com suas diversas consequências nos afrodescendentes.

Também, estudos, como o de Werneck (2010), apontam que o maior desafio, para a mulher negra agredida, é reconhecer, de fato, o comportamento violento do seu (sua) companheiro (a) nas suas diversas expressões e o que isso lhe poderá causar-danos físicos e emocionais, por exemplo, além de privação de manter sua mobilidade social e produção de sua invisibilidade (WERNECK, 2010). Quanto à questão emocional das mulheres negras, para Hooks (2017), os problemas que incidem sobre ela decorrem da violação de seus direitos e isso dificulta sua mobilidade social e acesso aos serviços sociais, em condições dignas, como, por exemplo, os serviços de saúde.

Mizuno et al. (2010) mostram que a compreensão da violência, intrínseca nas relações vivenciadas pela mulher, e a reconstrução, não só de suas vidas, mas das de outras pessoas igualmente atingidas pela situação, também se faz importante, assim como o é caracterizar essas relações e essas mulheres. Isso porque, como foi referido, as relações das mulheres negras são carregadas de subjetividade, e nessas relações o afeto é quase que um sentimento inexistente em seus parceiros, pois estes objetificam e hipersexualizam os corpos delas, considerados mais robustos em relação aos das mulheres brancas.

Associado ao exposto há que se levar em conta, no que respeita à compreensão da etiologia da violência contra a mulher negra, o papel de fatores socioeconômicos e afetivos. Isso, pelo fato de que esses fatores parecem destacar-se aos demais, quando relacionados a esse fenômeno, em virtude da forte dependência da mulher negra em relação ao parceiro (a), tanto em termos financeiros e das relações sociais implicadas, como também em termos afetivos (ou emocionais), em função de sua vulnerabilidade social que se vem apresentando historicamente, no Brasil. A dependência emocional é descrita por Canaan (2014), como pertinente para a compreensão da relação homem-mulher no contexto de violência. Especificamente, a dependência da mulher negra é fruto de uma relação conflituosa, com perdas geralmente para ela, refletidas no fato de não conseguir sua mobilidade social via inserção no mercado de trabalho formal, restando-lhe a busca de ocupações informais ou o exercício de profissões socialmente menos prestigiadas e altamente precárias.

A análise da dependência afetiva parece implicar o entendimento da afetividade, em termos do que a constitui. Amaral (2007) argumenta que a afetividade vida afetiva compreende um conjunto de sentimentos, emoções, humores, paixões “positivos” ou “negativos”. Também,

argumenta que, graças à afetividade, as pessoas conseguem criar laços de amizade entre si, não baseados somente em sentimentos, mas também em atitudes. Ainda, que as atitudes são diversas em um relacionamento cujo progresso implica o seu cultivo. Assim, conforme Amaral, quando um dos parceiros projeta no outro expectativas, sentimentos e emoções correspondidos de forma inesperada ou insatisfatória ou mesmo não correspondidos, pode ocorrer a chamada dependência afetiva.

A afetividade, segundo Fonseca (2006), associada à coação por parte do parceiro, à constituição do conceito de família tradicional e ao medo de ficar só, constituem os motivos que contribuem para a permanência da mulher em uma relação violenta. E como consequências, apontam o sentimento de tristeza, o consumo excessivo de álcool, o estresse, a agressividade, a ansiedade, a insegurança, a culpa, o sentimento de pena, etc.

Considerando o exposto, é preciso frisar que as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher se mostram necessárias para que esta tome primeiramente conhecimento de que é alvo e para que, em seguida, possa denunciar e buscar tratamento adequado para os problemas gerados. O conceito de enfrentamento à violência contra a mulher, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011, p. 25), envolve a implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade do fenômeno, demandando parceria entre os diversos setores envolvidos: saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros, no sentido de propor ações que desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência.

O Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (BRASIL, 2013), realizou pesquisa para ouvir mulheres brasileiras acerca da violência de que são alvo, entre 29 de março e 11 de abril de 2017. Ficou evidenciado que mulheres mães são as que mais sofrem violência e problemas associados, como baixa autoestima, má qualidade de vida, desestruturação pessoal, familiar e social, aumento dos gastos com cuidados de saúde, o absenteísmo na escola e no trabalho.

Além do subsídio da literatura elucidando os aspectos envolvidos nos diversos tipos de violência contra a mulher, já apresentados, a problematização da falta de visibilidade da mulher negra e a pertinência de serem analisados os efeitos gerados sobre suas relações socioeconômicas e afetivas estiveram na base do delineamento da presente pesquisa. A perspectiva do estudo foi a de que essa análise pudesse apontar contribuições para o

estabelecimento de políticas públicas a terem em conta as mulheres negras para as quais a atenção e os cuidados ficam diluídos em função dessa invisibilidade.

METODOLOGIA

Participantes

Participaram 12 mulheres que se autodeclararam negras, de um total de 64 pessoas que frequentavam dois ambientes acadêmicos; 5 mulheres, com o *status* de alunas (de um total de 35 mulheres na turma); 1 mulher, como professora, e 6 mulheres de um grupo de estudo.

Ambiente

A coleta de dados ocorreu numa sala de aula de uma instituição de ensino superior particular, em Belém/PA; também, em uma sala de uma instituição de ensino superior pública.

Materiais e Instrumentos

Foi elaborado um roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas com as participantes (ver Apêndice 2). O roteiro era composto de três partes: a primeira parte envolvia os dados sociodemográficos das participantes; a segunda, os dados sobre as formas de violência exercida pelo(a) parceiro(a) afetivo(a); a terceira parte era constituída dos dados sobre relacionamento social das participantes, bem como suas relações no contexto do trabalho. Houve a utilização, ainda, de 1 gravador de áudio; 1 caneta esferográfica preta e/ou azul; 1 bloco de anotações; 1 computador *note book*.

Procedimento

As entrevistas foram realizadas por uma pessoa treinada pela autora desse estudo e também foram feitas de forma individual e com todas as participantes, tendo a duração mínima de 45 minutos e a máxima de 90 minutos. Embora o quesito tempo não fosse imposto para as entrevistadas, muitas delas se emocionaram ao contarem suas histórias e responderem às perguntas e esse momento foi respeitado pela entrevistadora que aguardava a melhor hora para retomar (quando a entrevistada sinalizasse). Todas as entrevistas ocorreram com base em um roteiro (ver Apêndice 2) cuja aplicação visava verificar a efetividade desse instrumento em

coletar os dados conforme os objetivos da pesquisa. Foi programado o retorno às entrevistadas sempre que a análise das respostas mostrasse a necessidade de algum esclarecimento ou que alguma pergunta precisasse de reformulação.

O procedimento de análise dos dados envolveu a transcrição das entrevistas, organização de tabelas para interpretação das respostas à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico e propostas de pesquisas futuras sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão apresentados em quadros sob a forma descritiva.

O Quadro 1 apresenta os dados sociodemográficos das participantes da pesquisa referentes à idade, tempo de relação afetiva, número de filhos, escolaridade, ocupação, religião, e orientação sexual.

Quadro 1: Dados sociodemográficos das participantes da pesquisa.

Participante	Idade (anos)	Tempo de relação afetiva	Nº de filhos	Escolaridade	Ocupação	Religião	Orientação sexual
P1	25	1 ano	0	Superior completo	---	Não	Bissexual
P2	27	5 anos	0	Superior completo	---	Não	Bissexual
P3	42	5 anos	0	Superior completo	Servidora Pública/ Professora	Evangélica	Heterossexual
P4	43	6 anos	2	Superior (cursando)	---	Evangélica	Heterossexual
P5	34	7 anos	1	Superior (cursando)	---	Umbanda	Heterossexual
P6	19	1 ano	0	Superior (cursando)	---	Não	Bissexual
P7	25	1 ano	0	Superior (cursando)	---	Umbanda	Bissexual.
P8	33	10 anos	1	Superior (cursando)	---	Espirita/Candomblé	Heterossexual
P9	30	6 anos	0	Pós-graduação	---	Não	Bissexual
P10	29	1 ano e 6 meses	0	Mestrado	---	Não	Heterossexual
P11	22	1 ano	1	Superior (cursando)	Assistente administrativo	Evangélica	Heterossexual
P12	20	1 ano e 6 meses	0	Superior (cursando)	Recepcionista	Não	Heterossexual

Fonte: Entrevista realizada com as participantes.

Legenda: As participantes são referidas alfanumericamente, a exemplo de P1.

A idade varia entre 19 e 43 anos, o que indica que a violência não atinge somente as mulheres tidas como “imaturas”, tão pouco aquelas “experientes demais para serem alvo”, como o senso comum as rotula.

O tempo de relacionamento afetivo com o parceiro também é variável, de 1 a 7 anos.

Apenas quatro participantes, P4, P5, P8 e P11, 33,33%, disseram ter filhos, de 1 a 2 no máximo. A maioria, P1, P2, P3, P6, P7, P9, P10 e P12, ou seja, 66,66% expressou não ter nenhum filho, o que descontrói a ideia de que só é alvo de violência a mulher que mantém o relacionamento devido à presença do filho para que o parceiro afetivo exerça o papel de figura paterna perante esse filho e/ou mulher que possui alguma dependência financeira em relação ao parceiro.

Também os resultados apontam que todas as participantes (100%) têm escolaridade no nível superior completo ou em curso, inclusive, quatro delas no âmbito da pós-graduação. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que a coleta de dados se deu em meio acadêmico. A escolaridade, nesse nível, não tem sido demonstrada em pesquisas sobre violência contra a mulher, em geral, no Brasil (a exemplo do estudo de GOMES, 2018) e muito menos envolvendo a mulher negra. O nível de escolaridade encontrada neste estudo corrobora os relatos das participantes em termos do esclarecimento demonstrado sobre seus direitos, inclusive, tendo a academia como espaço gerador de aprendizado, nesse sentido, de solidariedade e de resistências aos tipos de violência de que foram alvo.

Somente três participantes, P3, P11 e P12 – 25% – responderam que possuem emprego formal, enquanto que a maioria, 75%, respondeu que não o tem. Das participantes sem emprego formal, algumas auferem renda decorrente de trabalhos informais e de bolsas de pesquisa, além do apoio financeiro da família. Este resultado indica ausência de dependência econômica em relação ao parceiro das mulheres participantes do estudo, o que corrobora os achados do estudo de Gomes (2018) sobre violência contra a mulher e contraria a avaliação do senso comum de que essas participantes, por serem mulheres vítimas de violência e ainda negras, apresentam dependência econômica do parceiro para a sua sobrevivência. É provável que essa situação econômica de não dependência do parceiro agressor, por parte das participantes deste estudo, esteja relacionada com sua alta escolaridade, o que, por conseguinte, pode ser fator de engajamento na luta contra a ideologia dominante de submissão feminina, na relação afetiva, imposta à sua condição de gênero e, sobretudo, à sua condição étnico/racial.

Quanto à religião, metade das participantes, 50%, disse não a professar e metade respondeu afirmativamente. As religiões de expressão evangélica, umbandista, espírita e candomblé, foram às apontadas. As que declararam evangélicas disseram em entrevista sentirem desconforto perante alguns conceitos difundidos no âmbito religioso, dentre os quais, a defesa da submissão da mulher ao marido e a proibição “moral” de a mulher que engravidar na condição de solteira contrair o matrimônio. As participantes praticantes de religiões de

matriz africana revelaram a importância dessa vivência para que denunciasses a violência de que foram alvo. As que responderam não professar nenhuma religião não relacionaram essa condição com a violência.

As participantes, na maioria, P3, P4, P5, P8, P10, P11 e P12, isto é, 58,33%, declararam-se heterossexuais, porém, com alguma experiência homossexual durante a vida ou ainda durante a própria relação com o parceiro afetivo que as violentou. A bissexualidade foi apontada por cinco participantes, P1, P2, P6, P7 e P9 – 41,66%, mas nenhuma relacionou essa experiência sexual com a violência.

O Quadro 2 mostra o histórico e os tipos de violência de que as participantes foram alvo na relação afetiva com o parceiro.

Quadro 2: Histórico e tipos de violência de que as participantes foram alvo.

Participante	Histórico de Violência	Tipo de Violência				
		Física	Moral	Psicológica	Patrimonial	Sexual
P1	Sim	---	X	X	---	---
P2	Não	X	X	X	X	---
P3	Não	---	X	X	---	---
P4	Não	---	X	X	---	---
P5	Sim	X	X	X	X	X
P6	Não	X	X	X	---	---
P7	Sim	---	X	X	---	---
P8	Sim	X	X	X	---	X
P9	Sim	X	X	X	X	---
P10	Sim	X	X	X	X	---
P11	Sim	---	X	X	---	---
P12	Sim	X	X	X	---	---

Fonte: Entrevista realizada com as participantes.

Os resultados revelam que, do total, oito participantes – P1, P5, P7, P8, P9, P10, P11 e P12, ou seja, 66,66% – apresentaram histórico de violência, embora todas as participantes tenham respondido que foram alvo de mais de um tipo de violência. E três, P2, P3 e P4, 25%, responderam negativamente.

Conforme o Quadro 2, dos cinco tipos de violência, sobressaem a moral e a psicológica, referidas por todas as participantes (100%). Em seguida, a violência física, relatada por P1, P5, P6, P8, P9, P10 e P12 (58,33%). Segato (2003) aborda a violência moral como um

conjunto de mecanismos legitimados pelos costumes para garantir a manutenção das diferenças de gêneros. Esses mecanismos de preservação do sistema vigente ou, *status quo*, também controlam a permanência de outras opressões como o racismo, o classismo e a homofobia. Neste sentido, o homem considera como sendo o *seu papel* humilhar, ofender, caluniar uma mulher sem o conceber como sendo uma ação violenta, mas sim como um ato normal e que faz parte do cotidiano de brigas de casal. Os relatos das participantes indicaram que a violência moral e a psicológica foram constantes desde o início até o término do relacionamento. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), violência psicológica é “toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro”. Dentre as modalidades de violência, violência psicológica é a mais difícil de ser identificada. Apesar de bastante frequente, pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar ao suicídio.

Para Dias (2015, p.96), a violência física é entendida, segundo o Art.7.º do código penal, como “qualquer conduta” agressiva que gere ofensa à “integridade” ou à “saúde corporal” da pessoa alvo, neste caso, a mulher, o que constitui uso da força física, mesmo sem marcas aparentes. Assim, no entendimento da autora, caracteriza-se como violência física, do ponto de vista jurídico, o fato de a mulher alegar ter sido vítima dela, ainda que não existam sinais aparentes da agressão.

Dias ainda ressalta no quesito jurídico, que não só a integridade física, mas também a saúde corporal é protegida pela lei penal (CP, art.129). O estresse crônico gerado em razão da violência pode desencadear sintomas físicos, como dores de cabeça, fadiga crônica, dores nas costas e até distúrbios do sono. É o que se chama de transtorno de estresse pós-traumático, que é identificado pela ansiedade e a depressão, a ponto de baixar ou reduzir a capacidade de a vítima suportar os efeitos de um trauma severo (DIAS, 2015 *apud* Rovinski, 2004.P.77.)

A violência patrimonial e a sexual foram as menos relatadas, por P2, P9 e P10 (25,00%) e por P5 e P8 (16,66%), respectivamente. No Código Penal brasileiro, Art.7.º, IV, segundo Dias (2015, p.97), “a violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da vítima, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo

os destinados a satisfazer suas necessidades”. Para esta autora, a violência sexual, à luz do Art.7.º,III, do referido Código, é:

qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força: que a induz a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (DIAS, 2015, p. 99).

Relações Socioeconômicas

Relações socioeconômicas estabelecidas por uma pessoa se referem a algum aspecto que afeta tanto a ordem econômica como social, podendo ser mensurada pela renda auferida e pelos ambientes frequentados, além da possibilidade de mobilidade social.

Quanto às suas relações socioeconômicas, a participante P1 relatou não possuir emprego formal, mas acreditar que se estivesse trabalhando, a violência de que foi alvo na relação com o parceiro afetaria seu lado profissional, podendo até levar à demissão. Disse que a violência comprometeu de forma direta e indireta suas relações sociais e econômicas. “Eu tinha vergonha de sair na rua depois de ter sido humilhada por ele [parceiro]. A sensação que eu tinha era de que as pessoas iriam saber e me julgar”

A participante P2 considerou como inexistentes as suas relações sociais. Disse que não tinha qualquer vínculo social com amigos e parentes; que vivia trancada em casa sob o poder do então parceiro agressor. “Eu não saía de casa pra nada e quando eu queria alguma coisa, ele [parceiro] dizia que ia comprar pra mim, isso me agoniava”. Assim, a violência privava-a de ter relacionamentos sociais e, por ser sustentada pelo parceiro, ela era também privada de consumir. A violência exercida pelo parceiro, servia para demonstrar seu poder físico e tentar fazer com que a vítima acreditasse que era prisioneira dele, economicamente.

P3 revelou que suas relações socioeconômicas eram afetadas pelo machismo: “Saímos pra jantar e obrigatoriamente ele [parceiro] tem que pagar a conta. Também, pelo racismo: “Chamamos atenção aonde chegamos pelo fato dele ser um homem branco e eu uma mulher negra. Socialmente eu sofro mais pelo fato de ele não possuir nenhuma formação superior do

que pelo racismo das pessoas. É como se me cobrassem que ele vá também aos espaços que eu vou e saiba conversar. Já até evito sair tanto”. Para Gonzalez (1984, p. 232), o racismo se constitui “como a ciência da superioridade eurocristã branca e patriarcal”.

Tendo o racismo como um sistema opressor que privilegia uma classe em detrimento de outra, as mulheres negras sofrem dupla opressão: pela condição de gênero – *mulher*, e pela condição étnico-racial – *negra*. Todas as entrevistas (100%) mencionaram esse sistema de opressão como um tipo de violência. Ribeiro (2017, p. 79) argumenta que falar de racismo como opressão de gênero é visto como constrangedor. “A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando o poder”. Almeida (2018) mostra que o racismo é sempre estrutural, pois, se caracteriza como um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Para o autor, “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida contemporânea”. Isso fica demonstrado na verbalização da participante P3, em termos de que ela, ainda que tenha conseguido alcançar um patamar relativamente alto para uma mulher negra, sofre com o racismo enraizado nas instituições nas quais trabalha, sentindo profunda tristeza e ao mesmo tempo indignação. Ainda segundo o autor, o racismo é “uma forma sistemática de discriminação” fundamentada na raça e manifestada por meio de “práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (p. 25).

A participante P4 expressou conformar-se com o seu isolamento social e sua dependência econômica do parceiro, colocando o foco nas realizações de suas filhas. Esse comportamento pode estar relacionado com o status social do parceiro [militar] e o conservadorismo familiar e religioso.

O relato de P5 evidencia forte conexão entre a violência de que foi alvo e a dependência econômica relativa ao padrasto. Situação que já se verificava desde a infância. “Ele abusava de mim e eu contava a minha avó que me dizia: se você contar, além de sua mão não acreditar, vamos ficar sem o dinheiro dele pra nos sustentar. É ele que paga tudo aqui, sua mãe não trabalha e nem eu. Convivi como esse trauma até os 19 anos quando conheci meu companheiro e vi nele a possibilidade de sair daquele inferno. Até os 19 anos, ele me controlava. Tinha ciúmes, implicava com os meus namorados e regulava minha vida. Eu não achava possível que minha mãe achasse aquilo normal”.

O relacionamento social de P5 ficou prejudicado pela privação de contato com amigos desde a infância, lhe extinguindo o hábito de estabelecer amizades. Também, o histórico dessa privação afetou o seu comportamento de consumir.

P6, apesar de muito jovem, não permitiu que as violências de que fora alvo (física, moral e patrimonial) prejudicassem suas relações sociais. Inclusive ela via nos espaços acadêmicos que frequenta, troca de experiências, empatia e solidariedade entre mulheres, o que, segundo ela, foi de extrema importância para lutar contra as agressões vividas. Economicamente falando, não possui trabalho formal, é dependente diretamente da família que é composta por tio e tia, que viram o sofrimento da mesma e a acolheram, sustentando seus estudos e sua vida de um modo geral.

A esfera das relações sociais e econômicas de P7 foi apontada como tendo limitações. A participante relatou que frequenta sempre o mesmo espaço social – um terreiro de umbanda e um barzinho. Aquele ambiente dá sustentação à maneira como ela enfrenta a violência. “Me sinto em paz comigo mesma agora e isso foi graças a minha religião. A religião me ensina a lidar com essas pessoas, a ser calma, tranquila pra resolver os problemas. Acabo que, minhas relações sociais acontecem todas lá. Lá a gente faz os cultos, se diverte, ri, se solidariza. É uma segunda casa e uma segunda família, me ajuda muito”. O segundo ambiente (o barzinho) pouco lhe permite de diversão e coaduna como seu limitado poder de consumo, sendo frequentado pela mesma, somente por questão à companhia de amigos que gostam do referido local.

Não aparece no relato de P8 que a violência exercida pelo parceiro tenha afetado as suas relações socioeconômicas. Disse frequentar pubs, cinemas, shopping centers e shows, dado o seu poder de consumo. Ela apontou a academia como espaço de luta e resistência, e importante para lhe propiciar conhecer direitos e lutar por eles.

P9 respondeu possuir relações sociais intensas, o que deve impedir o efeito da violência sobre essas relações. “A gente compra uma bebida e fazemos nossos churrascos por lá mesmo”. Quando questionada sobre a etnia de suas amizades ela foi categórica: “Tenho todos os tipos de amigos e amigas. Tem negro, índio, branco, gay, lésbica, transexual. Não tenho porque fazer distinção. Também sou bissexual e nem passa pela minha cabeça discriminar alguém”. Ficou evidente que as relações socioeconômicas de P9 não sofrem interferência da violência do parceiro, mas sim da violência urbana.

No caso de P10, o desprestígio com que ela era tratada por uma família de brancos à qual servia como empregada doméstica foi uma violência que deve ter comprometido as suas relações no campo social e econômico, apesar de ela não ter explicitado isso em entrevista. Ela

disse que nessa família havia referências à sua pessoa do tipo: “Olha, você precisa aprender a cozinhar porque você nunca passará de empregada doméstica”.

P11 descreveu ganhar bem menos do que os homens na empresa onde trabalha, mesmo com o dobro de esforço. Apesar de não ter verbalizado isso de forma clara, é muito provável que essa discriminação a impeça de frequentar espaços sociais e/ou consumir produtos e serviços. O fato de ela ganhar menos do que os homens na mesma empresa e exercendo a mesma função é um aspecto relevante que remete à discussão sobre raça, classe e gênero com os quais tem relação. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2016, 39,6% de mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Ainda, conforme a pesquisa, mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico. Isso só corrobora a discussão de que as relações de trabalho também são marcadas pelo racismo, classismo e machismo.

P12 verbalizou ser alvo de discriminação racial (no local de trabalho). “As pessoas chegam até a recepção e se dirigem a qualquer outra pessoa que não seja eu, por acharem que eu não sou a recepcionista. Acaba que eu que tenho que correr atrás das pessoas e chamá-las pra explicar que eu trabalho ali e que sou eu a recepcionista”. Ela é enfática em considerar essa discriminação como sendo o motivo de auferir um salário inferior ao das outras mulheres, principalmente não negras. “Também descobri recentemente que eu ganho um pouco menos que as outras meninas que exercem a mesma função que eu, não sei se isso está ligado diretamente a minha cor, mas creio que sim”. E P12 expressou preferir lugares onde possa conviver com pessoas negras com as quais se identifica. “Prefiro frequentar os reggae porque tem vários pretos lá, iguais a mim e eu me sinto melhor, sem os olhares como se eu não fosse para estar ali”.

Pelo exposto, ficou patente que as relações socioeconômicas das participantes também são marcadas pelo racismo e isso as impede de transitar nos lugares desejados e de consumir bens e serviços nesses lugares, procurando ser seletivas quanto ao ambiente, preferindo estar em casas de amigos ou amigas onde não são discriminadas. Nota-se também que essas relações socioeconômicas são caracterizadas, conforme informaram 83% das participantes, pela ausência da dependência financeira e afetiva do parceiro. As participantes possuem uma vida social ativa. É o racismo, citado por 100% delas, o condicionante de sua vida social e de consumo nos ambientes frequentados por pessoas não negras muito mais de que as limitações de renda. Isso ficou evidenciado na fala de uma participante, P5: “Quando entro no shopping

com minha filha e a levo pra brincar no parque fechado, lá dentro, percebo o monitor dando atenção à criança branca e nenhuma à minha filha. Isso dói”.

Dentre as participantes destaca-se P3, por ser a única que possui dois empregos formais. É servidora pública durante o dia e à noite é professora de uma Instituição de Ensino Superior. A única filha formada e concursada da família. Ela relatou que às vezes se livra da barreira de cor, mas não da barreira de gênero. Disse precisar, em casa, de preparar o jantar para o marido porque, segundo ele e a própria mãe dela, “esse é o papel da mulher casada”. Também relatou sentir, nas relações de trabalho, certo racismo e discriminação, por ser a única negra do corpo docente de um curso. “As pessoas parecem que não aceitam o fato de uma negra ser professora universitária. Eu entro na sala dos professores e ainda me olham como se eu não merecesse estar ali ou como se eu não pertencesse àquele lugar”.

Ribeiro (2017) questiona a abrangência das políticas públicas para as mulheres quando, de fato, envolvem as mulheres negras, as quais são as mais vulneráveis socialmente, merecendo uma maior atenção dessas políticas. Esta autora argumenta, com isso, a necessidade de se dar visibilidade às mulheres negras nas políticas públicas, para que sejam reduzidas as desigualdades que pesam sobre elas, em relação às mulheres não negras, a exemplo dos altos índices de violência que as envolvem.

A insistência do discurso que toma as mulheres como universais, além de fomentar a falácia da democracia racial e maquiagem a violência interseccionalizada que atinge a mulher negra, faz com que somente parte das mulheres seja contemplada e, na verdade, beneficiada pelas políticas públicas, por exemplo em termos de segurança (Ribeiro, 2018). O Mapa da Violência, de 2015, mostra que aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras, no Brasil, ao passo que o assassinato de mulheres brancas diminuiu em 9,6%. Esta estatística indica, segundo Ribeiro (2017, p. 42), ausência de um olhar para a questão étnico-racial “no momento de se pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, já que essas políticas não estão alcançando as mulheres negras”.

Relações Afetivas

Gomes (2018) apontou que as relações afetivas de mulheres alvo de violência por parte do parceiro, participantes de um estudo que ela realizou, apresentaram os indicadores de dependência afetiva em suas relações conjugais. Canaan (2014, p. 78) caracteriza a dependência afetiva como sendo um conjunto de comportamentos, cuja incidência é maior em mulheres do

que em homens. Para a autora, a dependência afetiva é entendida como algo patológico numa relação com o outro, pontuando que:

as pessoas em situação de dependência afetiva tendem a apresentar algumas características peculiares, como a- serem exclusivas em seus relacionamentos interpessoais, possuindo um número pequeno de pessoas com as quais se relacionam; b- necessitam de um acesso constante, à pessoa da qual depende emocionalmente, ou seja, o outro precisa estar sempre disponível; c- necessitam excessivamente da aprovação dos demais; estão na maior parte das vezes tentando agradar às pessoas ao seu redor ao invés de si próprio; d- subordinação nas relações com os parceiros, já que tentam a todo custo, preservar a relação; e- idealização de seus parceiros escolhendo-os com características definidas como egoístas, com grande segurança em si mesmo e frio emocionalmente; f- pânico diante da ruptura do relacionamento e grande possibilidade de padecer de transtornos mentais, tais como vazios emocionais, sintomas de abstinência na ausência do parceiro, dentre outras.

As relações afetivas das entrevistadas do presente estudo foram explicitadas no âmbito de suas relações conjugais e das relações com as demais pessoas do meio da sua convivência, incluindo família, amigos e ambiente de trabalho. Todas as entrevistadas (100%) apresentaram indícios de dependência afetiva, o que ficou evidente nos relatos. Disseram não precisar economicamente do parceiro, mas que queriam estar com ele, por amor e por conta da concepção de família que elas tinham. As seguintes falas ilustram isso:

“Eu gostava dele, gostava mais de cuidar dele do que cuidar de mim, sentia que ele precisava de mim, que era minha obrigação, como mulher dele, cuidar dele, lavar a roupa, limpar a casa, cozinhar. Ainda que eu soubesse que eu queria mais, queria estudar, queria trabalhar fora, eu sabia que algo estava errado, mas eu, de certa forma, gostava do que fazia, como fazia e para quem eu fazia” (P9).

“Eu vivia pra ele, se fores ver meu desempenho na faculdade...era tudo E (excelente), veio decair quando eu me envolvi com ele, comecei a faltar muito, só tem conceito R (regular) no meu histórico após essa relação louca. Eu deixava de ir a universidade para ir pra casa dele, cozinhar pra ele, arrumar a casa dele que mais parecia um chiqueiro, lavar as roupas. Ele nunca me pediu, mas eu achava que era minha obrigação porque eu achava que ele era muito bom pra mim” (P10).

“Ao mesmo tempo em que ele queria me prover tudo, queria me tirar tudo e eu me via sem saída. Ele me levava na escola, me buscava, pagava as pessoas pra me vigiarem lá dentro, ele sabia de todos os meus passos e eu achava aquilo o máximo, ter alguém me controlando. Eu permitia isso porque, de certa forma, gostava dele” (P11).

Nenhuma das entrevistadas relatou queixa em relação ao trato afetivo com o seu meio social. Todas demonstraram gostar do relacionamento com os colegas de trabalho, amigos e familiares.

A dependência afetiva, cujos indícios são apontados neste estudo, reafirma os achados de Gomes (2018), na mesma direção, não obstante naquela pesquisa, as mulheres tivessem uma escolaridade inferior. O grau de escolaridade das participantes do presente estudo é um fator que se demonstrou como um aliado ao grau de sua consciência para resistirem aos efeitos socioeconômicos da violência do parceiro, mas não à dependência afetiva em relação a ele.

Mesmo na sociedade atual, com o avanço da tecnologia e globalização no que diz respeito a efetivação de direitos e vivência da cidadania, a situação das mulheres negras ainda precisa alcançar alterações significativas, pois na sociedade de classes, como trabalhadoras assalariadas ou não ainda se deparam com inúmeras barreiras sociais pelo reflexo das desigualdades sociais e raciais.

Segundo o IBGE (2010) a população negra feminina é composta por mulheres pretas e pardas que em grande maioria, são chefes de família e ainda exercem cargo de menor prestígio social. Essa estrutura, sustentada pela cor, pelos baixos rendimentos e algumas vezes pela origem regional, releva que sócio historicamente no Brasil as desigualdades afetam de forma diferenciada a vida social e profissional das mulheres negras e que essas desigualdades voltadas para o mercado de trabalho, afetando suas relações socioeconômicas, estão interligadas diretamente a estratificação social, a questão racial e as questões de gênero.

Neste sentido, é necessário o investimento em políticas públicas voltadas para as mulheres e para as mulheres negras, como forma de fomento a erradicação das discriminações múltiplas de elas são alvos. Estimular o ensino, inserção e produção acadêmico-científico, o empreendedorismo feminino negro, citar as mulheres que produzem academicamente e prestigiar seus trabalhos autorais, sejam eles artesanais, artísticos e/ou empresariais, é uma forma de contribuir para que essa pirâmide social, onde as mulheres negras ainda são a base, seja transformada e possa sustentar outras narrativas.

CONCLUSÃO

A importância desta pesquisa não reside apenas no fato de apontar e caracterizar os tipos de violência de que as mulheres negras participantes foram alvo, nem de identificar e problematizar seus efeitos sobre as relações socioeconômicas e afetivas dessas mulheres. Outrossim, deve ser entendida a sua pertinência pelo fato de permitir reavaliar a situação atual da mulher negra, resignificando sua condição de *mulher* e de *negra* sob o prisma de sua participação na estrutura social.

Foi possível também, compreender, no estudo, que a dependência afetiva envolvendo as participantes é quase que unanimidade dentre os casos de violência e relação conjugal. Ainda, que o importante não é o quanto independente financeiramente a mulher seja do parceiro afetivo, mas sim levar em conta que a dependência afetiva é uma patologia e, como tal, precisa ser tratada. Na pesquisa, abordou-se também o racismo, o qual, como uma das formas de opressão proeminentes nas relações socioeconômicas das participantes do estudo, independe do nível social e da religião dessas mulheres, dentre outros aspectos.

Por fim, a pesquisa apontou que a mulher negra, no Brasil, ainda não está totalmente inserida no processo de descolonização e de valorização da condição da mulher, em geral, que a legislação sobre a violência envolvendo a mulher (violência de gênero) permitiu vislumbrar. Também, que, embora já tenha sido iniciada a discussão relativamente ao quesito violência doméstica, violência de gênero e racismo, a mulher ainda permanece na base da hierarquia social, sendo preterida em virtude de sua condição étnica/racial e no que tange à sua afetividade e oportunidade de mobilidade na estrutura socioeconômica e política do país.

A pesquisa indica ser relevante frisar a necessidade de o poder público, em particular no campo da segurança pública, prover a devida atenção aos fatores que estão na origem da violência de que as mulheres negras participantes do estudo foram alvo, bem como aos efeitos apontados sobre suas relações socioeconômicas e afetivas, por meio do desenho de políticas e de mecanismos capazes de as materializar, como forma de considerar as suas peculiaridades no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Revista de Saúde Pública, v. 39, n.1, fev. 2005 (online). Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 20 nov 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de O. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, Tania Mara Campos de ; Pereira , Bruna Cristina Jaquetto : **Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres Pretas e Pardas no Brasil: Reflexões pela Ótica dos Estudos Feministas Latino Americanos**. Crítica e Sociedade: revista de cultura politica.v.2,n.2,Dossiê: Cultura e Política, dez.2012.

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação** / Vera Lúcia do Amaral. - Natal, RN: EDUFRN, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República , 2011.

BRASIL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Senado Federal. Secretaria de Transparência, 2013.

CANAAN, Silvia. **Tratamento psicológico de grupo para mulheres em situação de dependência afetiva e violência domestica** in Estudos interdisciplinares de violência na Amazônia. (Org) Luanna Tomaz de Sousa,- 1 d. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

CANAAN, Silvia, et al.: “Termos Relacionados à Violência envolvendo a mulher e a segurança pública: uma revisão da literatura.” In: CHAGAS, Clay; SILVA, Marcelle; VIEIRA, Denise (Orgs.): **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. 1.ed.- Belém: GAPTA/UFPA,2018.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4. ed.rev,atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais,2015.

FONSECA, P.M & LUCAS, T.N.S. **Violência Doméstica contra a Mulher e suas consequências psicológicas**. Trabalho de conclusão de curso. Bahia, 2006.

GARBIN CAS et al **Violência doméstica: análise das lesões em mulheres**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(12):2567-2573, dez, 2006

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Cintia Walker Beltrão. **O papel de mulheres em situação de violência doméstica no descumprimento das medidas protetivas no município de Bragança, estado do Pará**. 2018. 93 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil,2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs,1984. Disponível em: <https://goo.gl/VFdjdq>. Acesso em 15 de set. 2018.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. Disponível em www.geledes.org.br. Acesso em 10 de Mai. 2017.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2010). Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 10 de nov de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MIZUNO, Camila et al. **Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora?** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? 1ª ed. São Paul: Companhia das Letras,2018.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência.** Rio de Janeiro: Lumen Juris,2004.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

SEGATO, Laura Rita. **La Argamasa Jerárquica: Violencia Moral, Reproducción Del Mundo y La Eficacia Simbolica Del Derecho.** Disponível em http://www.forosalud.org.pe/la_argamasa.pdf acessado em 17 de nov de 2018.

WERNECK, Jurema. **“Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro”.** In: CASTRO, L. M. X; CALASANS, Myllena; REIS, Sarah (orgs.). Mulheres de Brasília e do Rio de Janeiro no Monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Rio de Janeiro: CRIOLA; CFEMEA, 2010.

WHITE, E. **O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica.** In: WERNECK, J. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.2.ed.Rio de Janeiro:Pallas; Criola,2002.

CAPITULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou não ser a violência contra as mulheres negras um problema privado, mas uma questão de saúde e de segurança pública. Além disso, demonstrou a contribuição do estado para isso, no sentido de não dar visibilidade às demandas das mulheres negras e considerando-as, inclusive, no âmbito das políticas públicas, como mulheres em geral, colocando-as num mesmo patamar de todas as mulheres, quando, de fato, elas (e todas as demais mulheres) possuem opressões diferentes, como mostra esta Dissertação. A pesquisa indicou que mulheres negras possuem demandas e necessidades específicas, o que implica, portanto, terem um tratamento diferenciado.

A pesquisa revelou, ainda, que a violência contra as mulheres negras prejudica as suas relações socioeconômicas e afetivas, o que explica a fragilidade que elas demonstram, nesse sentido, e que as impede, muitas vezes, de galgar a mobilidade social de que tanto necessitam.

A pesquisa aponta a pertinência de haver reflexões sobre a situação da violência envolvendo mulheres negras, de modo a considerar questões como raça, classe e gênero, para gerar uma nova estrutura normativa do Brasil, diferente da atual, que leve à inclusão de todas as mulheres – as negras também em seu âmbito. Esta pesquisa pode ser vista como um passo nessa direção.

3.1.1 IMPORTÂNCIA DA DISSERTAÇÃO

Procedeu-se, na Dissertação, Capítulo 2 (Artigo científico 1), a uma revisão sistemática da literatura que permitiu constatar invisibilidade da mulher negra em produções acadêmicas brasileiras, em língua portuguesa. No mesmo capítulo (Artigo científico 2), fez-se a caracterização dos tipos de violência que atingiram as mulheres negras participantes da pesquisa e foram apontados os efeitos gerados sobre suas relações na esfera social, econômica e afetiva, frisando a questão do racismo permeando essas relações. Esses achados configuram a importância de pesquisa em termos teóricos e metodológicos.

Em termos sociais, a pesquisa pode ser também considerada relevante, pelo fato de que os resultados obtidos revelaram a fragilidade social e econômica das mulheres negras, o que

recomenda a tomada de medidas por parte do poder público, voltadas para elas, descritas adiante, dando-lhes visibilidade e, entre outras ações, o suporte emocional/afetivo de que necessitam.

3.1.2 ESTRATEGIAS DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

Construir ações de enfrentamento a violência e ao racismo, e também a sua prevenção, precisa ser uma tarefa cotidiana de todas as pessoas. Isso pode ser traduzido como:

- a. Esforço educacional centrado na população negra, visibilizando-a e atendendo às suas demandas.
- b. Aproximação dos órgãos da segurança pública em relação às periferias (locais onde infelizmente, está concentrada a maioria da população negra) não só no enfrentamento à violência, mas na utilização de estratégias de intervenção, mas de sua prevenção.
- c. Investimento em preparo de equipes técnicas e administrativas capacitadas para recepção, análise, trâmite e resolução dos problemas constantes nessas demandas, na perspectiva de compreensão das diferenças e peculiaridades das populações negras que integram as mulheres.
- d. Estabelecimento de medidas legislativas e punitivas eficazes para coibir discriminação racial em todas as suas manifestações, especialmente no mercado de trabalho, apoiando, divulgando e incentivando o empreendedorismo nas periferias, voltado à população negra e em particular à mulher negra.
- e. Luta sistemática contra os estereótipos negativos veiculados sobre os negros e negras nos meios de comunicação de massa e livros didáticos.
- f. Estabelecimento de políticas públicas de atenção psicossocial sistemática às mulheres negras alvo de violência.

As estratégias mencionadas podem servir de base para ações concretas em segurança pública, dando corpo a produtos gerados por esta Dissertação, como é exigido pelo Programa. Um dos produtos, além de diversos deles, pode ser a elaboração de atividades a serem desenvolvidas pela autora junto dos grupos de mulheres das quais foram selecionadas as participantes.

As atividades podem ser caracterizadas por palestras e dinâmicas de grupo, traduzidas em três encontros de 12 horas, durante uma semana, com os objetivos de apresentar os aspectos

teóricos principais que deram base para a realização da pesquisa, bem como discutir os resultados da pesquisa, na perspectiva de os relacionar com políticas estatais em segurança pública que tenham em conta, especificamente, a violência contra as mulheres negras e suas consequências na esfera emocional, social, educativa e profissional. O desempenho nas atividades deverá ser depois objeto de uma avaliação oral e escrita ao final dos encontros. O conteúdo programado para os encontros poderá gerar uma cartilha de orientação sobre enfrentamento da violência contra mulheres negras. A avaliação servirá para verificação do grau de envolvimento das participantes nos encontros e planejamento de eventuais desdobramentos dessas atividades.

3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Recomenda-se a realização de estudos futuros que deem a devida visibilidade às mulheres negras no conjunto dos estudos que abordam a questão de violência de gênero, além de terem em conta a questão do racismo.

Também, considera-se importante haver trabalhos acadêmicos voltados para a violência contra outros grupos de mulheres, a exemplo das indígenas e das mulheres do campo.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 1

ALMEIDA, Tania Mara Campos de; Pereira, Bruna Cristina Jaquetto : **Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres Pretas e Pardas no Brasil: Reflexões pela Ótica dos Estudos Feministas Latino Americanos**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política.v.2,n.2,Dossiê: Cultura e Política, dez.2012.

ANDREUCCI, Ricardo. **Preconceito, Discriminação e Intolerância no Brasil**. 2016. Disponível em: < [http:// www.geledes.org.br/preconceito-discriminacao-e-intolerancia-no-brasil/](http://www.geledes.org.br/preconceito-discriminacao-e-intolerancia-no-brasil/)> Acesso em 20 de jul 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estado, v.29,n.2,p.440-469,2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CANAAN, Silvia: **Tratamento psicológico de grupo para mulheres em situação de dependência afetiva e violência doméstica** in Estudos interdisciplinares de violência na Amazônia/ Organização Luanna Tomaz de Sousa,- 1 d. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

CANAAN, Silvia, et al.: “Termos Relacionados à Violência envolvendo a mulher e a segurança pública: uma revisão da literatura.” In: CHAGAS, Clay; SILVA, Marcelle; VIEIRA, Denise (Orgs.): **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. 1.ed.- Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher negra : caderno IV- 2003**. Geledes. Instituto da mulher negra. Disponível em: <http://www.geledes.or.br/Mulher-Negra.pdf> Acesso em 20 jan 2017.

CASTRO, Carlos Henrique Silva de Castro: **Violência simbólica .Gestão Social de Inovações Educacionais na Construção de Comunidades Virtuais de Aprendizagem** In: II EMAPE GS: Encontro Mineiro de Administração Pública e Gestão Social, 2010, Viçosa /MG. Anais - 2010.

CHAUI, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V.C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perpectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

DAVIS, Angela (2016) **Mulheres, raça e classe**: tradução Heci Regina Candiani.-1.ed.-São Paulo: Boitempo.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do Gênero: psicografia, sociocultural e transformações**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 34.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Cintia Walker Beltrão. **O papel de mulheres em situação de violência doméstica no descumprimento das medidas protetivas no município de Bragança, estado do Pará**. 2018. 93 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2018.

GREGORI, Maria Filomena: **Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo, 1993. Paz e Terra/Anpocs.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. Disponível em: www.geledes.or.br. Acesso em 10 de Mai. 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873 Acesso em 25 de Out. 2017.

JESUS, de Carolina Maria . **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. Francisco Alves- São Paulo. 1960.

MENDES, Zilma, *et al.* **Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Abordagem no Núcleo da Delegacia em Atendimento à Mulher de um Município do Estado da Bahia**. RBCS 2017- Revista Brasileira de Ciências da Saúde . volume 21, número 1. Páginas 21-28, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MORESI, Eduardo. **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, 2003.

PORTO, JRR, Luz, AMH: **Matizes da violência contra a mulher: conhecendo o fenômeno**. Revista Gaúcha de enfermagem, Porto Alegre (RS) 2004 ago.: 25(2): 207-18.

REZENDE, Vera da Rocha; ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato. **Violência e relações de gênero: o desafio das práticas institucionais**. Curitiba,PR: CRV,2013.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade**. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação**. Rio de Janeiro: Lume Juris,2016.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher? (2014)**. Disponível em: < www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em 20 ago de 2017.

VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso ; OLIVEIRA, Manoel Rufino David: **Por uma criminologia feminista e negra: uma análise crítica da marginalização da mulher negra no cárcere brasileiro**. Artigo publicado na Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal- UFRGS. Vol.4, Nº 1, 2016.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2015: **Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015**. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 25 mar 2018.

WERNECK, Jurema. **“Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro”**. In: CASTRO, L. M. X; CALASANS, Myllena; REIS, Sarah (orgs.). **Mulheres de Brasília e do Rio de Janeiro no Monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Rio de Janeiro: CRIOLA; CFEMEA, 2010.

WHITE, E. **O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica**. In: WERNECK, J. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**.2.ed.Rio de Janeiro:Pallas; Criola,2002.

Apêndice 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA MULHER NEGRA
PARTICIPANTE DA PESQUISA**

Eu, _____, na condição de mulher negra declaro que concordo em participar do Estudo intitulado “**Violência Contra Mulher Negra: Efeitos sobre suas relações socioeconômicas e afetivas**” que tem o objetivo de analisar como a violência contra a mulher negra em Belém/PA influencia as suas relações socioeconômicas e afetivas, declaro ainda que fui suficientemente esclarecido de que os procedimentos deste estudo serão realizados individualmente pela pesquisadora, Carmelita da Cunha Alfaia, sob orientação da Profa. Doutora Andréa Bittencourt Pires Chavesse do Prof. Doutor Marcelo-Galvão Baptista, e coorientação da Profa. Doutora Silvia Canaan Moraes de Oliveira - Psicóloga Clínica (CRP-10/00294) e terapeuta comportamental e, neste Termo, comprometo-me a:

a) participar da entrevista que será previamente agendada (de acordo com a disponibilidade do pesquisador e minha) durante horário de expediente para fins de coleta de dados e aplicação de instrumentos; tais entrevistas terão aproximadamente 30 minutos de duração e poderão ser realizadas na Universidade da Amazônia, localizada na avenida Alcindo Cacela, 278, e na Universidade Federal do Pará, localizada na rua Augusto Correa, 1 ou em um local de minha comodidade, caso haja necessidade;

b) autorizar que sejam feitas gravações dos diálogos travados entre mim e a pesquisadora ao longo da sessão, para fornecer dados para a realização do presente estudo, tendo sido informada que se, por qualquer motivo, a gravação e/ou filmagem das entrevistas me deixar desconfortável

ou incomodada, eu poderei solicitar que seja interrompida a qualquer momento e ainda assim terei o direito de continuar nesta pesquisa;

c) autorizar que as informações coletadas sejam analisadas e discutidas pelo orientador e coorientadora da pesquisa; também fui informada que será garantido o sigilo absoluto sobre minha identidade, pois a pesquisadora é instruída a não tornar público qualquer dado que possa me identificar;

d) autorizar que os resultados gerados da minha entrevista sejam divulgados sob a forma de apresentações em congressos e/ou publicações de artigos com a manutenção do sigilo necessário para que minha identidade não seja revelada.

Estou ciente de que tenho o direito de ser informada sobre os resultados de minha participação no estudo. Entretanto, sei que o benefício que esse trabalho poderá trazer para mim pode não ser direto e imediato, mas os resultados alcançados poderão contribuir de algum modo, para a produção de conhecimento relacionado ao enfrentamento da violência racial e de gênero, e o desenvolvimento de práticas de intervenção mais eficazes que beneficiem as mulheres negras e famílias que se encontram nesta situação. Fui também informada de que, no caso de dano pessoal diretamente provocado durante o meu atendimento, eu terei direito a indenizações legalmente estabelecidas, podendo também recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA9, para maiores esclarecimentos.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEPICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ ICS – Sala 13 - Campus Universitário, nº 01, Guamá – CEP: 66075-110 - Belém-Pará. Tel/Fax. 3201-7735. E-mail: cepccs@UFPA.br

Declaro que li e/ou compreendi as informações que me foram explicadas e que me sinto perfeitamente esclarecida sobre os procedimentos a serem adotados, os possíveis desconfortos e a garantia de sigilo. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar do referido estudo nas circunstâncias acima descritas.

Belém , ____/____/____

Apêndice 2- ROTEIRO DE PERGUNTAS FEITAS NA ENTREVISTA COM AS MULHERES NEGRAS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- DADOS PESSOAIS

- 1- Qual sua idade?
- 2- Qual sua escolaridade?
- 3- Qual sua identidade de gênero?
- 4- Qual sua opção sexual?
- 5- Você trabalha fora de casa?
- 6- Possui renda mensal?
- 7- Caso não trabalhe, qual o motivo?
- 8- No caso de não trabalhar, quem sustenta a casa?
- 9- Tem filhos?
- 10- Se sim, quantos?
- 11- Você tem alguma religião?
- 12- Caso positivo, qual?
- 13- Você é praticante de sua religião?
- 14- Você já fez alguma ocorrência policial?
- 15- Se sim, por qual motivo?
- 16- Quantas vezes?
- 17- O que aconteceu após o registro da ocorrência policial?
- 18- Você tem algum problema de saúde física ou mental?

2- DADOS SOBRE AS FORMAS DE VIOLÊNCIA EXERCIDA

- 2.1 Você possui algum tipo de relacionamento afetivo homo ou heterossexual?
-

- 2.2 Se sim, qual o tempo de relacionamento com o (a) parceiro (a)
- 2.3 Você já sofreu algum tipo de violência por parte do seu (sua) parceiro (a)?
- 2.4 Se sim, por quanto tempo?
- 2.5 Qual o tipo de violência?
- 2.6 Você já sofreu algum outro tipo de violência em seu meio social?
- 2.7 Se sim, qual?
- 2.8 Você tem história de violência na família?

3- DADOS SOBRE RELACIONAMENTO SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO.

- 3.1- Como você se sentiu após ser alvo de violência tanto por parte de alguém do seu convívio social como de pessoas desconhecidas?
- 3.2- Você já se separou alguma vez de seu (sua) parceiro (a)? Se sim, como você se sentiu?
- 3.3- Se você já se separou e voltou, de quem foi a iniciativa da retomada do relacionamento? Qual foi a razão que a levou a reestabelecer a relação? Se reestabeleceu a relação, você se arrependeu?
- 3.4- Após sofrer algum tipo de violência, houve alguma mudança no seu comportamento?
- 3.5- Você sentiu insônia, nervosismo ou teve crises de choro após ter sido alvo de violência?
- 3.6- Como você se vê como pessoa?
- 3.7- Você gosta de se cuidar ou gosta mais de cuidar do (a) seu (sua) parceiro (a)?
- 3.8- Você tem amigas? Se sim, você costuma encontrá-las?
- 3.9- Você exerce alguma atividade remunerada formal? Se sim, qual é a sua renda? Se não, como é o seu sustento?
- 3.10- Você tem medo de ficar sozinha, se deixar seu (sua) parceiro (a) afetivo (a)?
- 3.11- A sua relação afetiva é prazerosa para você?
- 3.12 – A violência de que você foi alvo afetou sua saúde, física ou psicológica?
- 3.13 – Como você descreveria seu relacionamento afetivo? Considere todos os ambientes em que você interage com as pessoas.
- 3.14- Você ama seu (sua) parceiro (a) afetivo (a)?

3.15- Você já se sentiu culpada por atos de violência cometidos por seu (sua) parceiro (a) afetivo (a)?

3.16- Você já se sentiu discriminada por sua raça ou condição social e financeira?


3.16- Você já foi seguida e/ou perseguida em determinado estabelecimento comercial e/ou público? Sentiu preconceito em função de sua cor/ raça?

3.17- Você já foi dispensada de algum processo seletivo por achar que foi por sua cor?

3.18- Você se sente segura em andar em espaços públicos ou transportes públicos?

3.19- Quais os ambientes de lazer que você frequenta? Como se sente nesses ambientes?

Anexo 1- Carta de Aceite referente ao Artigo científico 1, Capítulo 2.

INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH		INVOICE
 <p>Dr. T. MANIKANDAN Managing Editor Sorappur, Valluvar Street, Veeranam Post, Villupuram Taluka, Pin: 605 106, Tamilnadu, India Web: journalijdr.com; Email: journalijdr.editor@gmail.com WHATSAPP NUMBER: 00917708536983</p>		<p>INVOICE: 14924 DATE: DECEMBER 20, 2018</p>
To:	ADDRESS:	
Carmelita da Cunha Alfaia,	Graduate Student in Public Security Graduation Program - Federal University of Pará (FUP) Email id: ccalfaia@yahoo.com.br Contact no: 55 91 984528611	
Respected Sir/Madam		
<p>Congratulation!!! We are pleased to inform you that your manuscript entitled "SOCIAL VIOLENCE AGAINST BLACK WOMEN: A LITERATURE SYSTEMATIC REVIEW" has been accepted for Publication in International Journal of Development Research. We cover the costs partially through article processing fees. Our expenses are split among editorial costs, electronic composition and production, journal information system, manuscript management system, electronic archiving, overhead expenses, and administrative costs. Moreover, we are providing research paper publishing in minimum available cost.</p>		

Anexo 2- Normas da Revista Dilemas.

Diretrizes para Autores

Normas/Guidelines

DILEMAS - Revista de Estudos de Conflito e Controle

Social recebe em fluxo contínuo contribuições científicas inéditas na forma de artigos, resenhas, traduções e entrevistas. O periódico acadêmico quadrimestral de ciências sociais (prioritariamente sociologia e antropologia) é centrado nos assuntos da grande temática dos conflitos e do controle social em ciências sociais, tais como:

- Comportamentos Desviantes
- Violências
- Criminalidade
- Moralidade
- Movimentos Sociais e Ação Coletiva
- Conflitos Urbanos
- Justiça Criminal
- Segurança Pública
- Instituições Públicas e Privadas de Controle Social

Todas as colaborações serão submetidas a avaliadores independentes, preservadas as identidades tanto de autores quanto de responsáveis por pareceres. Cada artigo será sempre submetido a pelo menos duas avaliações. Todos os autores receberão cópias dos pareceres de seus artigos, com os comentários dos pareceristas e, eventualmente, do comitê editorial e/ou dos editores de Dilemas. A publicação é dependente da aprovação pelos avaliadores.

DILEMAS publica textos em português, salvo no caso de artigos originais redigidos em espanhol, inglês ou francês, situação em que os textos serão publicados na língua original, com resumos nesta língua, além de em português e inglês.

Definições

Artigo: contribuição no formato de um texto inédito que relata uma pesquisa nova ou introduz uma discussão teórica original. Pode ser assinado por mais de um autor.

Tradução: contribuição na forma de um artigo de outro autor ou do próprio contribuinte, produzido originalmente em língua não portuguesa e traduzido para o português, sempre nas áreas temáticas de interesse de DILEMAS. Podem ser traduzidos artigos e capítulos de livros, desde que devidamente autorizados por seus autores e/ou detentores de direitos. As traduções podem ser assinadas por mais de um autor.

Entrevista: contribuição na forma da transcrição de uma conversa, apresentada no formato perguntas e respostas (pingue-pongue), com um personagem de interesse para a temática de DILEMAS. As entrevistas podem ser assinadas por mais de um autor.

Resenha: contribuição no formato de um texto analítico e/ou opinativo a respeito de uma obra (escrita, dramática ou audiovisual) recém-publicada na área temática concernente à revista. Deve ser assinada por apenas um autor.

Normas para apresentação de colaborações

As colaborações devem respeitar o formato .doc, .docx ou similar aberto e obedecer aos seguintes critérios formais:

Padrões gerais:

Normas para apresentação de colaborações

As colaborações devem respeitar o formato .doc, .docx ou similar aberto e obedecer aos seguintes critérios formais:

Padrões gerais:

Folha de rosto: todas as colaborações devem vir acompanhadas de uma folha de rosto, trazendo um resumo de 650 toques (contados os espaços), em português e em inglês (*abstract*), com título traduzido para o inglês; cinco palavras-chave (igualmente nas duas línguas); e um breve resumo do curriculum do autor, no formato:

AUTOR (e-mail) é [cargos, do mais importante para o mais secundário e com instituições por extenso (sigla entre parênteses, acompanhada da cidade, salvo quando ela estiver explícita no nome da mesma, e do país, mesmo sendo o Brasil)]. É [formação, do nível mais elevado ao mais baixo, incluindo graduação].

Citações: devem ser apresentadas, como tradicionalmente, entre aspas, até o limite de três linhas no texto. Se excederem esse tamanho, devem vir em um bloco separado, com uma linha de espaço antes e depois em relação ao texto, em corpo 10 (dez) pts, com recuo de 1 (um) cm à esquerda e entrelinha simples.

Imagens: podem figurar no corpo do artigo, mas devem ser igualmente enviadas em arquivos separados, preferentemente no formato JPEG (com 300 dpi de resolução). Se forem usados gráficos e/ou tabelas, eles devem vir acompanhados dos arquivos de imagem que a eles correspondam e, se possível, das planilhas que lhes deram origem.

Referências bibliográficas: no texto, devem ser apresentadas sempre entre parênteses, no formato: (AUTOR, ano, p. número da página), como exemplo: (WEBER, 2004, p. 117). Se as páginas citadas formarem uma sequência, usa-se "pp.", seguido de página inicial-página final, conforme o exemplo: (BECKER, 2008, pp. 256-258). Na listagem de referências, elas devem seguir os seguintes padrões:

Livros:

SOBRENOME, Nome. (ano), Título do livro: Subtítulo. Cidade, Editora.

Obs.: sempre que uma referência de qualquer tipo chegar à segunda linha, esta será iniciada alinhada à terceira letra da primeira linha, como no exemplo:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. (2002), Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Núcleo de Antropologia Política.

Capítulos de livros:

SOBRENOME, Nome. (ano), "Título do capítulo: Subtítulo". Em: SOBRENOME, Nome (org). Título do livro: Subtítulo. Cidade, Editora, pp. página inicial-página final.

Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome. (ano), "Título do artigo: Subtítulo". Publicação, Vol. N, nº, pp. página inicial-

Padrões específicos:

Artigos: de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) laudas incluindo referências bibliográficas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts e entrelinha 1,5 (um e meio). As notas devem ser limitadas a duas por página e conter apenas comentários estritamente necessários ao texto.

Resenhas: de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts, entrelinha 1,5 (um e meio). As notas devem ser limitadas a três por página e conter apenas comentários estritamente necessários ao texto. A abertura do texto deve trazer a referência bibliográfica referente à obra resenhada.

Entrevistas: até 20 (vinte) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts, entrelinha 1,5 (um e meio). A entrevista deve ser apresentada no formato "pingue-pongue" (perguntas e respostas) e vir precedida de uma introdução explicativa de até uma lauda (incluída no limite total), dando conta do tema e do curriculum do entrevistado.

Dúvidas, sugestões, comentários e casos omissos devem ser enviados para:
coordenacao.dilemas@gmail.com

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. Os textos devem ser enviados em formato digital, preferencialmente em MS-Word (serão aceitos trabalhos em outros processadores de texto consagrados, como WordPerfect).
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. Artigos: de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts e entrelinha 1,5 (um e meio). As notas devem ser limitadas a duas por página e conter apenas comentários estritamente necessários ao texto.
 Resenhas: de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts, entrelinha 1,5 (um e meio). As notas devem ser limitadas a três por página e conter apenas comentários estritamente necessários ao texto. A abertura do texto deve trazer a referência bibliográfica referente à obra resenhada.
 Entrevistas: até 20 (vinte) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts, entrelinha 1,5 (um e meio). A entrevista deve ser apresentada no formato "pingue-pongue" (perguntas e respostas) e vir precedida de uma introdução explicativa de até uma lauda (incluída no limite total), dando conta do tema e do curriculum do entrevistado.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.

pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

7. Ao submeter um texto, o(s) autor(r) concomitantemente declara aceitar todos os termos e condições da revista e cede seus direitos autorais a DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, tomando inclusive ciência de que ele circulará livre e gratuitamente, em versão digital. A revista não se responsabiliza por opiniões, informações e/ou conceitos apresentados nos textos que publica; estes são de total responsabilidade de seus autores. Os editores se reservam o direito de fazer alterações de forma nos artigos, a fim de garantir a correção gramatical, a clareza e o respeito aos padrões da publicação, respeitado o conteúdo do texto.
8. Os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma português e inglês. No caso, de artigos originais redigidos em espanhol, inglês ou francês estes serão publicados na língua original, com resumos nesta língua, além de em português e inglês.

Declaração de Direito Autoral

Ao submeter um texto, o(s) autor(es) declara(m) aceitar todos os termos e condições da revista e cede(m) a ela os direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais dos artigos publicados são do autor, porém com direitos a **DILEMAS - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** sobre a primeira publicação. O(s) autor(es) toma(m) inclusive ciência de que sua produção circulará livre e gratuitamente, em versão digital. O(s) autor(es) somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. A revista não se responsabiliza por opiniões, informações e/ou conceitos apresentados nos textos que publica; estes são de total responsabilidade de seus autores. Os editores se reservam o direito de fazer alterações exclusivamente de forma nos artigos, a fim de garantir a clareza e o respeito aos padrões da publicação. Todos os conteúdos da revista estão licenciados por meio da Creative Commons, através da licença CC Atribuição-Não Comercial 4.0 disponível no link <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>.

Anexo 3- Folha de rosto da plataforma Brasil



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Violência Contra a Mulher Negra: Efeitos Sobre suas Relações Socioeconômicas e Afetivas.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 12			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: CARMELITA DA CUNHA ALFAIA			
6. CPF: 749.091.422-15		7. Endereço (Rua, n.º): DOZE DE NOVEMBRO UMARIZAL BELEM PARA 66060190	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 91984528611	10. Outro Telefone: 11. Email: ccalfaia@yahoo.com.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>21 / 08 / 2018</u>		<u>Carmelita da Cunha Alfaia</u> Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal do Pará		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
15. Telefone: (91) 3201-7000		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Fernando Arthur de Freitas Neves</u>		CPF: _____	
Cargo/Função: <u>Diretor Geral</u>		_____	
Data: <u>21 / 08 / 2018</u>		<u>[Assinatura]</u> Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.		Prof. Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves Diretor-Geral Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Pará Portaria: 2935/2018-Reitoria	